

A MISSÃO DO P.^E BALTASAR BARREIRA NO REINO DE ANGOLA (1580-1592)

JOSÉ AUGUSTO DUARTE LEITÃO, SVD

Vivemos uma época em que, seja na Península Ibérica, seja em todo o hemisfério sul, se celebra, com diferentes matizes, quinhentos anos de «descobrimento» e «encontro de culturas» segundo uns, ou de «invasão» e «desencontro com o Outro», segundo outros ¹. Em Angola, celebrou-se não o descobrimento de 1483 por Bartolomeu Dias, mas a evangelização iniciada em 1491 com a chegada dos primeiros missionários ao Congo. O lema desta celebração foi: «V Centenário da Evangelização de Angola» ².

É no sentido de poder contribuir para o melhor conhecimento do que foi o acontecimento evangelizador, cujo jubileu celebramos, que queremos apresentar a biografia de um dos missionários mais

¹ Cf. «*Misiones extranjeras*», 124 (1991), 129-130 (1992) pp. 251-304; José O. BEOZZO, 500 Anos: Culturas oprimidas e evangelização, in *Cursos de Verão*, I, S. Paulo, Cesep/ Paulinas, 1988 (2ª ed.), pp. 159-198; Michael SIEVERNICH, SJ, Latinoamérica 500 años; Actitudes eclesiales ante el V Centenario, in *Razón y Fe*, 226 (1992) 381-296; Sergio SILVA, Diversas posturas en la Iglesia latinoamericana ante la proximidad de la celebración del 5º Centenario de America, in *Teología y Vida*, vol. XXXII, nº 4 (1991) 273-294.

² Cf. CINCO SÉCULOS DE EVANGELIZAÇÃO E ENCONTRO DE CULTURAS, o 5º Centenário da Evangelização em Angola, in *5Secc Informação*, 16 (1991); Torres NEIVA, Angola, 500 anos de Missão, *Encontro*, nº 217 (1990) 4-5; *Lumen*, Ano 52, série II, nº 12 (1991) 15-20; Jerónimo KAHINGA, Témoignage de l'Eglise en Angola, une nouvelle étape missionnaire, in *Spiritus*, 123 (1991) 136-148.

influentes no processo missionário do reino de Angola,³ o Pe. Baltasar Barreira.⁴

Nasceu em Lisboa, ou mais propriamente em Sacavém,⁵ em 1538. Era filho de pais nobres.⁶ Da sua infância e do período antes de entrar na Companhia pouco conhecemos além das descrições de carácter hagiográfico que passamos a apresentar. Há duas versões, mas ambas coincidem em que foi em Sevilla que o jovem Baltasar resolveu seguir a vida religiosa.

O Pe. Tellez e a quase totalidade dos historiadores que o seguem, dizem que o jovem Barreira estudou na Universidade de Coimbra, famosa e única em Portugal. Numa das suas férias à casa do pai em Lisboa, encontrou-se com um fidalgo, amigo da família, que ia para o Peru. Este convenceu-o a abandonar os seus estudos e a ir com ele para o porto de Sevilha, para aí embarcar para o Peru à procura da aventura e de riquezas. Em Sevilha, o grande entreposto comercial da época entre Espanha e as «Índias Orientais», resolveu mudar de projecto. Após escutar um sermão sobre os tesouros da pobreza evangélica, resolveu abandonar o seu companheiro e voltar para Portugal. Chegou a Lisboa e, sem saber bem em que ordem ingressar, foi para Coimbra. Os seus pais pensaram que ele tinha retomado os seus estudos universitários. No entanto, ele começou por se dirigir primeiro aos franciscanos, porque parece ter sido o ideal da pobreza evangélica que o fez mudar de rumo na vida; todavia, das vezes que foi ao convento nunca encontrou o padre Comissário. Tomou isto como um sinal de Deus e foi ao Colégio dos Jesuítas onde conversou com o Provincial

³ Quando falamos do «Reino de Angola», queremos referir-nos, não ao que hoje se entende por Angola e suas fronteiras actuais, mas referimo-nos apenas à região que vai de Luanda ao planalto de Malanje, delimitada ao norte pelo reino do Congo e ao sul pelo de Benguela.

⁴ Este artigo é uma síntese do capítulo II da minha tese de mestrado em Missiologia: «A Guerra do Céu e de Deus», *A Missão do Pe. Baltasar Barreira, SJ, na primeira Evangelização de Angola (1580-1592)*, Faculdade de Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, 1992.

⁵ Cf. Balthasar TELLEZ, *Chronica da Companhia de Iesv na Provincia de Portugal...*, Vol. II, Lisboa 1647, p. 617 (Neste trabalho TELLEZ, II), diz que nasceu em Lisboa, já o Pe. FRANCO explica na *Imagem... de Évora*, Lisboa, 1716, pp. 91-92: «Natural da Cidade de Lisboa, diz o Padre Telles, que fora o Padre Barreyra; porém o Agiologio Lusitano diz que nacéra na Villa de Sacavem, junto da mesma Cidade, & que por se crear em Lisboa, commummente tinhaõ os Autores ser della natural.»

⁶ Segundo o Pe. FRANCO, *op. cit.*, p. 92, os seus pais chamavam-se Rodrigo de Carmona e Margarida Fernandes.

padre Miguel Torres. ⁷ Ingressou na Companhia a 21 de Janeiro de 1556.

Uma outra versão é-nos dada pelo Pe. Franco. ⁸ Diz que Barreira esteve ao serviço da princesa D. Joana. Quando esta foi para Castela, levou-o junto com ela para Valladolid. Aí foi enviado num honroso cargo para as Índias de Castela. Quando já estava em Sevilha para embarcar, Deus mudou-lhe os projectos e nasceu-lhe o desejo de entrar na Companhia. Rasgou as provisões e papéis que levava e voltou para Valladolid onde pediu para entrar na Companhia. Aí enviaram-no para Portugal. Foi recebido em Lisboa pela Companhia, onde se notabilizou pelo bom exemplo.

Pela informação do catálogo de Évora de 1559 sabe-se que ele estudou 6 anos humanidades. ⁹ Se ele entrou no noviciado no início de 1556 e em 1559 já estava ensinando, significa que já tinha feito a maior parte dos estudos antes. Isso confirma a informação do Pe. Tellez que diz que estudou em Coimbra antes de entrar na Companhia.

Baltasar Barreira na Companhia de Jesus

Todas as biografias jesuítas apresentam um episódio do retiro do jovem noviço, como prova e revelação do que seria o futuro missionário Baltasar Barreira: firmeza de espírito, paciência perante as provações e resistência física frente às privações físicas inerentes às missões de Angola e Guiné.

Conta-se que no retiro do noviciado em Coimbra ficou três dias sem comer, porque o noviço que o devia servir se esqueceu dele. Ele aguentou a fome em silêncio, pensando tratar-se de uma prova própria da Companhia. Entrando o mestre de noviços no seu quarto

⁷ Dr. Miguel Torres era espanhol. Foi nomeado para Portugal, por S. Inácio a 01/01/1552, na qualidade de Visitador para aquietar a Província com problemas internos devido à mudança de Provincial. A 9 de Junho de 1555, chegou a Coimbra, vindo de Salamanca, onde era reitor. Foi provincial de 1555-1561. (Cf. FRANCISCO RODRIGUES, *A companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, p. 19).

⁸ Pe. FRANCO, *Imagem... de Coimbra*, II, Coimbra, 1719, p. 470, que, por sua vez, afirma apresentar a versão do Pe. Gregório de Oliveira, que teria feito uma biografia do Pe. Barreira a partir de conversas pessoais com ele.

⁹ Cf. *Litterae Quadrimestres*, VI, Madrid, 1925, nota 1 da Carta 312, p. 401: «Professor de 2.^{ae} classis litterarum humaniorum. De quo in catalogo collegii ebo-rensensis anni 1559 (in cod. Lus. 43, fl. 100v): »El her.^o Balthasar Barrera de 19 años; ha 4 que está en la Comp.^a; estudió humanidad 6 años, y ha un año que enseña aquí en la 2.^a classe.»

perguntou-lhe como se sentia. Ele respondeu com as palavras de Cristo: «Spiritus quidem proptus est, caro autem infirma» (Mc 14, 38)! Convidado a explicar-se melhor, o noviço disse que o corpo estava fraco por não ter comido durante três dias, mas o coração preferia enfrentar a morte a recuar.¹⁰

A seguir ao noviciado não temos muitas informações. George Cardoso limita-se a dizer:

«Acabado o noviciado, continuou alguns annos em os pios ministerios da Companhia, com aspecto angelico, & cuidado singular, anellando ao serviço de Deos, nas mais remotas partes deste Reino, onde viuesse totalmente vnido com elle, & longe de seus parentes.»¹¹

No ano de 1559 o seu nome já aparece no catálogo do Colégio de Évora, como professor de humanidades da segunda classe.¹²

É descrito como um professor médio e erudito nas letras humanas, prosa e verso: «Tiene buen juicio y mediocre ingenio, en prosa y en verso estáa mediocrementemente adelante.»¹³ O Pe. Rodrigues chama-lhe: «mestre de humanidades», com «grande habilidade para letras».¹⁴

A sua arte de escrever já se revela na carta em que descreveu a inauguração da Universidade de Évora, a 1 de Novembro de 1559.¹⁵

¹⁰ TELLEZ, II, p. 619; GUILHERMY, *Ménologe de la Compagnie de Jesus*, I, Poitiers, 1867, pp. 505-506; FRANCO, *Imagem... de Évora*, pp. 92-93.

¹¹ George CARDOSO, *Agiologio Lvsitano...*, III, Lisboa, 1666, p. 526.

¹² Do Catálogo do Colégio de Évora de 1559 (in cod. Lus. 43, fl. 100v.) citado em nota de rodapé, n. 1, *Litterae Quadrimestres*, vol. VI, doc. 312, p. 401; Cf também *ibid.*, nota 2, da Carta 251, p. 143.

¹³ Do Catálogo do Colégio de Évora de 1559 (Arquivo Romano da Companhia de Jesus - ARSI -, Lus., 43, fl. 100v.) citado em nota de rodapé, n. 1, *Litterae Quadrimestres*, vol. VI, doc. 312, p. 401.

¹⁴ Francisco RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Tomo I, Vol. II, Porto, A. Imprensa, 1931, p. 326 (neste trabalho: RODRIGUES I/II), citando na nota 3 um catálogo inédito: ARSI, Lus. 43, fl. 57, catal. de 1560; fl. 95, catal. de 1959.

¹⁵ O Cardeal D. Henrique, o grande promotor do Colégio do Espírito Santo de Évora que fora inaugurado em 28 de Agosto de 1553, conseguiu do Papa Paulo IV a bula de erecção do Colégio a Universidade, em Abril de 1559. Esta foi entregue à direcção da Companhia de Jesus, na pessoa do Provincial Miguel Torres pelo representante do Cardeal, o Bispo de Targas D. Manuel dos Santos (cf. RODRIGUES, I/II, pp. 305-317).

São onze páginas, cheias de pormenores e detalhes, da festa e do teatro bíblico que se apresentou.¹⁶

Em Évora ele entrou em contacto com o saber da época e com o fervor missionário que se vivia de modo especial na Companhia de Jesus. Politicamente foi um período de instabilidade: apesar do nascimento do tão esperado neto herdeiro de D. João III, D. Sebastião em 1544, houve a morte de D. João III em 1557 que levou à regência D. Catarina de Áustria.¹⁷ Nesta altura chegou a Lisboa uma embaixada do Rei de Angola pedindo missionários e relações comerciais;¹⁸ os negros da embaixada começaram a frequentar as casas da Companhia.¹⁹ Foi enviada uma expedição portuguesa em 1559, chefiada por Paulo Dias de Novais, integrando quatro Jesuítas. Um pouco antes, a 15 de Agosto de 1555, chegou a Lisboa o Pe. Cornélio Gomes terminando assim a primeira missão dos jesuítas no Congo.²⁰ Este mesmo Pe. Cornélio Gomes publicou em Évora em 1556 o primeiro catecismo em Kikongo²¹ e morreu nesta cidade em 1560. Do Brasil chegavam notícias de desânimo em relação à missão e mais tarde de esperança pelas vitórias sobre os estrangeiros na baía de Guanabara.²²

¹⁶ In Cod. Var. *Histor.*, II, fls 38-43: «Copia de carta del Pe. Barreyra de Euora 27 de Nou.^o 1559: da cuenta de los progressos de la Comp.^a y de vna tragedia». Esta cópia original foi publicada na *Litterae Quadrimestres*, vol. VI, doc. 312, pp. 390-401.

¹⁷ D. Catarina nasceu em Torquemada em 1507. Casa com D. João III em 1524. Foi regente de Portugal, após a morte do seu marido, devido à minoridade de D. Sebastião. Em 1562 entrega a regência do reino ao Card. D. Henrique. Morre em 1578.

¹⁸ Cf. TELLEZ, II, p. 622.

¹⁹ Cf. RODRIGUES, I/II, p. 556.

²⁰ Cf. RODRIGUES, I/II, pp. 552-556.

²¹ Cf. NTEDIKA KONDE, Le Catechisme Kikongo de 1624 et la recherche d'une terminologie chretienne en Afrique, *Revue Africaine de Théologie*, vol. 3, n^o 5, 1979, p. 109. Cf. Louis JADIN, Cap. II: L'oeuvre missionnaire en Afrique noire, in J. METZLER (ed.), *Sacrae Congregationis de Propaganda Fide memoria rerum (1622-1700)*, Vol. I/2, Roma, Freiburg, Viena, Herder, 1972, pp. 427-428, diz que este catecismo, o primeiro em língua bantu, foi editado em 1557. Segundo BOXER, *A Igreja e a expansão Ibérica, (1440-1770)*, Lisboa, Ed. 70, 1981, p. 57, Matheus Cardoso, SJ (1584-1625), baseou-se neste catecismo — coloca a data de 1561 — para fazer o seu catecismo em kikongo: *Doutrina cristã...* editado em Lisboa em 1614. Cf. também A. BRÁSIO, *História e Missiologia; inéditos e Esparcos*, Luanda, 1973, pp. 437-493; M. N. GABRIEL, *Os Jesuítas na primeira Evangelização de Angola*, Lisboa, 1993, p. 16.

²² Cf. Joel SERRÃO, *Cronologia Geral da História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1973 (2^a ed.), p. 105.

O Pe. Gonçalo da Silveira iniciara a missão do Monomotapa em Moçambique (1561). Em 1562 D. Catarina renunciou e assumiu a regência, até 1568, o Cardeal D. Henrique, grande amigo dos Jesuítas. Em 1563 são aprovados os estatutos da Universidade de Évora. O Pe. Cornélio, a embaixada de Angola e a partida da primeira expedição de jesuítas para Angola, devem ter marcado a vocação africana do Pe. Barreira.

As informações de que dispomos não nos dão o tempo exacto em que o Pe. Barreira ficou ligado ao ensino nem quando foi a data da sua ordenação. O Pe. Franco diz-nos apenas que: «depois de Sacerdote fez muytas missoens a varias Villas da Provincia de Alentejo, nomeadamente acho apontadas as Villas de Moura, Odemira, & Coruche». ²³ Como são todas vilas do Alentejo, supõe-se que, além das suas aulas na Universidade, fazia missões populares. ²⁴

Em 1569, aparece com um papel de relevo na peste que caíu sobre a cidade de Lisboa. ²⁵ De facto, em 1569, houve um surto de «peste grande» em todo o país e, só em Lisboa, matou 60.000 pessoas. ²⁶

O Pe. Franco foi quem desenvolveu mais este acontecimento. Diz que o Pe. Barreira morava em S. Antão e se ofereceu para visitar e confessar os doentes. Nos primeiros oito dias foi encarregado de visitar as freguesias da Madalena, São Nicolau e Sé. Feita uma segunda distribuição de trabalhos, ficou responsável pelas freguesias da Conceição e da Sé: «O modo, que nisto elle, & os mais tinhaõ, era, em dizendo Missa sahir por aquelle seu districto confessando os feridos, & acodindo com esmolos.» ²⁷

Dedicando-se a ajudar os doentes afectados pela peste, foi também ele contagiado. Nasceu-lhe um «inchaço no peito». No início não parecia nada de grave, mas depois veio muita febre. Queimaram

²³ FRANCO, *Imagem... de Évora*, p. 93.

²⁴ Os Pe. Acácio CASIMIRO, SJ, e Pe. Ernesto DOMINGUES, SJ, no artigo sobre o Pe. Baltasar Barreira no *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Vol. II, Lisboa, Ed. Resistência, 1983, p. 186, dão a entender que o Pe. Barreira ensinou na Universidade, apenas de 1559 a 1560, tendo sido depois ordenado presbítero e assumido, desde então, o cargo de pregador popular na região de Odemira, Moura e Coruche.

²⁵ Cf. RODRIGUES, I/I, p. 473; FRANCO, *Ano Santo...* Porto, A. da Imprensa, 1930, p. 294; FRANCO, *Imagem... de Évora*, pp. 93-96; GUILHERMY, *op. cit.*, p. 506.

²⁶ Cf. Joel SERRÃO, *op. cit.*, p. 108.

²⁷ FRANCO, *Imagem... de Évora*, p. 94.

primeiro para não lavar o «carbunculo» e depois fizeram uma cirurgia: «Cortando o cirurgiaõ a carne podre até chegar ao vivo, lhe arrancou della como huma libra, sem o Padre Barreyra nestes tormentos dar hum ay...»²⁸ Este episódio da sua vida foi contado para mostrar a paciência e a resistência silenciosa ao sofrimento do Pe. Barreira.²⁹ Mas este homem de saúde frágil conseguiu restabelecer-se e continuou ajudando os enfermos, ainda convalescente. O Pe. Franco apresenta vários testemunhos de cartas que falam deste facto: a carta do Irmão Balthezar Dias, do Pe. Francisco Henriques, Pe. Cypriano Soares e do Pe. Antonio de Monserrate. Por fim apresenta o resumo duma carta do próprio Pe. Baltasar para o Pe. Provincial oferecendo-se para ficar em casa a fim de continuar esse trabalho junto dos doentes.³⁰

Tendo escapado da morte na peste, foi enviado para os Açores integrando o grupo de jesuítas que em 1570 foi «fundar o Colégio da Ilha 3^a, aliás Angra».³¹ Aí, talvez tenha exercido a função de professor, mas distinguiu-se principalmente como pregador e taumaturgo: «Aí fez o ofício de pregador. Por vezes mostrou domínio contra os demónios, que, tanto o iam chamar, deixavam os seus corpos. Tornando a Portugal fez muitas missões...»³²

Parece que não ficou muito tempo nos Açores, pois antes de ir para Angola em 1579, foi chamado a ser Mestre de noviços em Évora.³³

Pe. Baltasar Barreira, na missão de Angola

Em 1579, quando já teria 41 anos, foi chamado pela Companhia a substituir dois dos missionários que tinham ido, em 1575, com Paulo

²⁸ *Ibid.*, p. 94.

²⁹ Cf. GUILHERMY, *op. cit.*, p. 506, acrescenta: «Mais tout entier à la méditation des souffrances de Jésus-Christ, il ne donna pas le plus léger signe de douleus; et el fallut une interrogation formelle d'un de ses supérieurs pour lui arracher cet aveu: 'Mon Père, j'ai cru sentir toutes les horreurs de la mort!'».

³⁰ Cf. FRANCO, *Imagem... de Évora*, pp. 94-96.

³¹ O seu nome figura em terceiro lugar no catálogo dos doze que formam parte deste grupo fundador cf. ARSI, *Bras.* 5, fl. 12, publicada a similitude por Serafim LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, II, Lisboa, Liv. Portugália / Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1938, p. 256, 163 nota 8. Cf. Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja de Portugal*, II, Porto / Lisboa, Liv. Civilização-Editora, 1968, p. 259.

³² FRANCO, *Ano Santo...* p. 294. O Pe. Franco, o único a falar desta ida aos Açores, apresenta três casos de curas realizadas pelo Pe. Barreira: *Imagem... de Coimbra*, II, p. 470.

³³ Cf. FRANCO, *Ano Santo...* p. 295; IDEM, *Imagem... de Évora*, p. 102.

de Novais: o Pe. Simões ³⁴ e o Ir. Cosme Gomes, falecidos por doença. ³⁵ Partir para as missões, naquele tempo, significava enfrentar a possibilidade de morte rápida, principalmente se já não se era muito jovem, como era o caso de Pe. Barreira.

O Pe. Barreira partiu, junto com o Ir. Frutuoso, a 20 de Outubro de 1579 e chegou a Luanda a 23 de Fevereiro de 1580. ³⁶ Trazia o encargo de ser o novo superior dos jesuítas em Angola. Logo começou a trabalhar com tanto afã que acabou pedindo ao Ir. Frutuoso para contar a viagem e descrever qual era situação do momento em Angola:

«Ao tempo que chegamos achamos a terra muito alvoraçada, e cõ muitas perdas nos Portugueses, por causa de huã destruição que elRey de Angola fez ao Governador, como sempre costumou, porque lhe matou 30 Portugueses, e grande copia de escravos christãos que tinham consigo.» ³⁷

Na realidade, tinham chegado num momento crucial da história do relacionamento entre Paulo Novais ³⁸ e o reino de Angola. ³⁹ Foi a época

³⁴ O Pe. Garcia Simões, natural de Alenquer, entrou na Companhia em 1556. Foi o superior do segundo grupo de Jesuítas que foram a Angola com Paulo Novais em 1575. Faleceu em Luanda a 12/05/1578.

³⁵ Cf. Pe. Ludovico da Cruz, Carta Ânua da Residência de Angola, Coimbra (1579), in António BRÁSIO, *Monumenta Missionaria Africana*, III, Lisboa, Agência do Ultramar, 1953, doc. 42, p. 184. (Neste trabalho, sempre que nos referirmos a esta obra, usaremos esta abreviatura: MMA).

³⁶ Cf. Carta do Padre Frutuoso Ribeiro para o Padre Francisco Martins (04/03/1580), in MMA, III, doc. 43, pp. 187-190.

³⁷ *Ibid.*, III, doc. 43, p. 190.

³⁸ Paulo Dias de Novais, neto do famoso navegador Bartolomeu Dias que conseguiu transpor o Cabo das Tormentas ou da Boa Esperança, chefiou uma primeira embaixada portuguesa ao reino de Angola em 1559 (cf. RODRIGUES, I/II, pp. 556-557). Não teve sucesso esta expedição, e o Dambe Angola acabou retendo-o como refém, juntamente com o Pe. Francisco Gouveia, até 1565. Nesta data, retendo ainda o Pe. Gouveia, jesuíta, até à sua morte em 1575, enviou Paulo Novais a Lisboa como seu embaixador pedindo reforços militares para vencer uma rebelião dum soba poderoso, Kiluangi Kikuango, «levantando-lhe dito socorro se conseguiria seu intento do trato e commercio e o mais que pretendia» (Cf. Garcia Mendes CASTELO BRANCO, Doc. III (1621), p. 18, in LUCIANO CORDEIRO, *Viagens explorações e conquistas dos portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881). Paulo Novais em Lisboa conseguiu de D. Sebastião, em 19 de Setembro de 1571, a capitania do Reino de Angola, à semelhança das donatarias do Brasil. Chegou a Luanda com a segunda expedição a 11 de Fevereiro de 1575.

³⁹ Como o Pe. Barreira nos explica: «El nombre proprio deste reyno nõ es Angola, mas llamanse los naturales del Ambundos y los Señores de vasallos Sobas.

em que rebentou o confronto directo com o Ngola.⁴⁰ Com efeito, durante quase cinco anos o Governador e o Ngola tinham conseguido conviver num clima de paz. O Governador apoiava o Rei do Congo e o Ngola na luta contra os seus inimigos e o Ngola deixava que os portugueses andassem pelo reino a negociar à vontade.⁴¹ Não se sabe exactamente o que provocou esta ruptura pois os documentos ou falam apenas de traição, não dando explicações do facto,⁴² ou apresentam explicações para esta súbita mudança de comportamento. Uns colocam a culpa no próprio Ngola: «cobiça e maldade»,⁴³ outros

Los cuales porque fueron conquistados por vno mas poderoso llamado Angola con ayuda de los Portugueses, que iuam a redimir y resgatar por la via de Conguo, y los Reys que le an sucedido usurparon siempre el mismo nombre. Estos Sobas son como regulos y tiene iurisdicion plenissima en sus vasallos, mas con menos libertad qui el tiempo passado. Dellos son grandes, y dellos pequeños, y cada vno da al Angola segun su posibilidad, sin respecto de tiempo, ni de cosa cierta y porque allende del Rey tiene cada vno otro en la corte a que llama Señor, qui le sirue de patrono en sus cosas, y ayudarlo en todo lo necessario, dan tambien a este su tributo segun su posibilidad, y la necessidad que tiene del p^a sus causas.» («Copia de una que el P.e Baltasar Barrera escreveu de Angola al P.e Juan Correa, Prouincial de Portugal recebida en Abril de 1590»: ARSI, *Lus.* 79, fl. 49).

⁴⁰ É difícil de saber ao certo qual o nome do Ngola. Os documentos contemporâneos geralmente falam apenas do «Rei de Angola». O Pe. Barreira adianta que «Este reino de Angola começou no bisauô do que agora reyna» (Informação acerca dos escravos de Angola (1582-1583), *MMA*, III, doc. 54, p. 227). FRANCO, *Imagem... de Evora*, I, p. 97, escreve que quando Paulo Dias chegou pela segunda vez a Angola, soube que Dambe Angola tinha morrido e que lhe tinha sucedido seu filho Angola Kiluanje. D. Manuel Nunes GABRIEL, *Os jesuítas na primeira evangelização de Angola*, Lisboa, Biblioteca Evangelização e Culturas, 1993, p. 30 segue o Pe. Franco. Sobre a questão das geneologias reais, consultar as listas, nem sempre concordantes: CADORNEGA, *História Geral das Gerras Angolanas*, I, 1680, Lisboa Agência-Geral do Ultramar, 1972, p. 20, nota 1; Albuquerque FELNER, *Angola*, Coimbra, 1933, p. 92; Gastão Sousa DIAS, *Os Portugueses em Angola*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1959, p. 63, nota 18; MPLA, *História de Angola*, Porto, Afrontamento, 1975, pp. 48-49.

⁴¹ Cf. *História da Residência...*, in *MMA*, IV, supl., doc. 132, p. 557: «Estava em tanta paz com o Rey de Angola, que andavão os Purtuguezes tão seguros pello Reyno como se andarão em Portugal, nem avia quem levantasse olhos para hum Portugues, por saberem [a] amizade de seu Rey com o Governador e quem sem os nossos não podia viver».

⁴² Cf. Carta Ânua da Missão de Angola (01/02/1581), in *MMA*, III, doc. 44, p. 192; «Apontamentos que fez o P.e Baltasar Barreira da Companhia de Jesus, Superior das Casas e Residência de Angola em favor dos conquistadores do dito Reino» (1592): ARSI, *Lus.* 79, fls. 71v.

⁴³ Cf. Carta do Padre Fructuoso Ribeiro para o Padre Francisco Martins (04/03/1580), in *MMA*, III, doc. 43, p. 190.

colocam-na no rei do Congo, ⁴⁴ outros atribuem-na à traição dum português que aconselhou o Ngola a tomar a fazenda e matar os portugueses antes que estes lhe tomassem o Reino, ⁴⁵ outros ainda atribuem-na à má administração da Mesa da Fazenda que teria provocado a revolta dos comerciantes de Angola ao retirar-lhes o privilégio de um terço da escravaria. ⁴⁶ Não sabemos o que aconteceu realmente, mas a versão de Paulo de Novais e dos jesuítas na *História da Residência...*, parece-nos concordante com um documento anterior que revela o ambiente comercial em que viviam os portugueses na capital do Ngola. ⁴⁷ O Pe. Barreira narra o facto como um acontecimento traiçoeiro, no qual o Ngola mata:

⁴⁴ Cf. Versão dada por um capitão de Paulo Dias, Garcia Mendes CASTELLO BRANCO 1574-1620: Da Mina ao Cabo Negro, doc. I (1603), pp. 7-15, citação da p. 19, in LUCIANO CORDEIRO, *Viagens ...*: «Debaixo d'esta paz e nossa boa fé dito governador mandou de vinte homens, de que fá por capitão um seu parente, que se dizia Pedro da Fonseca, com recados a dito rei e outras gentes, a quem levavam fazendas para resgatar, e o rei os mandou pôr em terreiro, que é a audiencia, e lhes disse que o rei de Congo lhes havia mandado avisar por um embaixador que ali estava que o governador Paulo Dias lhe fá tomar seu reino para tirar d'elle a prata e mais riquezas que n'elle havia...».

⁴⁵ Cf. *História da Residência...*, in MMA, IV, supl., doc. 132, p. 558, 572-573, citação da p. 558: «O capitão com licença del Rey prendeu a hum certo portuguez, que avia mais 25 anos andava em Angola. O preso acabou, por peitas com o fidalgo que o tinha a cargo, o soltasse. Solto elle detrimou vingarse do capitão e de todos os portuguezes, e felo por este modo. Foise ter com o Rey e disse lhe que era seu cativo e como tal o mandase ferrar, e que lhe descobriria hum grande segredo. Espantado o Rey de homem portuguez, e christão, lhe dizer taes palavras, mandou chamar seus conselheiros, e diante delles lhe fez descobrir o segredo, o qual era que o Governador lhe vinha tomar seu Reyno, e minas de prata e para iso tinha iá na cidade da Cabaça 40 soldados com seu capitão, e muita polvora, e outros 40 vinhão a caminho.»

⁴⁶ Cf. Petição de Paulo Dias de Novais (1588), in MMA, IV, supl., doc. 120, p. 483: «... lhe mandaraõ que não leuasse o terço da escura[uaria], em tal maneira que muitos delles se conuocaraõ e se pasaraõ a ElRey de Conguo, enduzindo tais cousas per onde o de Angola se lauantaõ e matou a gente branca e tomou as fazendas, por lhe darem a entender que elle sopicante lhe hia tomar o Reyno e as minas.»

⁴⁷ Cf. Auto do Capitão Pero da Fonseca (18/04/1579), in MMA, IV, supl., doc. 88, pp. 308-309, que nos revela que as relações comerciais eram tais, que havia um capitão residente na capital do Ngola: Pero da Fonseca, parente de Paulo de Novais. O documento dá-nos um reflexo do ambiente que se vivia, já perto do rompimento das relações, entre o Ngola e os portugueses: os comerciantes que já viviam há muito tempo na capital do Ngola, longe do poder central aceitam com dificuldade a autoridade do capitão Fonseca; por outro lado, já sabendo a língua e conhecendo os costumes da terra, por interesses comerciais, sentem-se mais ligados

«Perto de trinta dos seus principaes companheiros; E alem de lhe tomar e matar obra de dous mil escravos soltos que qua sam de muito preço, roubou e ouve a suas mãos a fazenda de nove navios que la tinham leuado pera os carregar de peças que hiam resgatar.»⁴⁸

O governador, com fracas e reduzidas forças, abandonou as margens do Cuanza e refugiou-se em Anzele, fortificação de taipa, erguida entre os rios Bengo e Cuanza, a cerca de 10 a 12 léguas de Luanda. Aí foi cercado por numeroso exército do Ngola.

«... esteve alguns dias cercado de 12 mil negros, e cõ os Portugueses não serem mais de 60 e alguns 200 pretos christãos, desbarataraõ a todos os Gentios, os quaes depois de fugidos vierão pedir as pazes ao Governador, o qual está já determinado, a não aver as minas por pazes, porque lhe são os negros falsarios assi o Rei, como todos os mais, e determina de os pôr todos à espada, indo sobre elles este mayo que embora virá de 80, para o qual tem pedido ajuda a elRei de Congo, e elle lha tem prometida, e de ir em pessoa ajudar o Governador levando consigo grande exercito para destruir os Angolas...»⁴⁹

Esta vitória e a nova atitude ofensiva do Governador significou uma mudança de tática que há muito os jesuítas vinham pedindo.⁵⁰ De certo o Pe. Barreira deve ter contribuído para convencer o Governador da necessidade de uma rápida ofensiva militar aproveitando as novas condições propícias: o facto de terem sido eles a atacar primeiro justificava a guerra justa⁵¹ e a chegada de reforços militares

ao Rei de Angola do que ao governador português. Será que este ambiente adverso ao governador, por parte de Francisco Barbudo, não é já a consequência do corte, por parte da fazenda, do terço da escravaria para os comerciantes de Angola (Cf. MMA, IV, supl., doc. 120, p. 483)?

⁴⁸ «Apontamentos que fez o P.e Baltasar Barreira... em favor dos conquistadores do dito Reino» (1592): ARSI, *Lus.* 79, fl. 71v.

⁴⁹ Carta do Padre Frutuoso Ribeiro... (04/03/1580), in MMA, III, doc. 43, p. 190; Cf. também História da Residência..., in MMA, IV, supl., doc. 132, p. 566.

⁵⁰ Cf. Carta do Padre Garcia Simões ao Padre Luís Perpinhão (07/11/1576), in MMA, III, doc. 23, p. 145: «Verdade hé [que] se o nosso Governador tivera ja possibilidade vendo como estas terras lhe cabem por sua doação, elle pudera fazer o que desejamos, mas elle está ainda muito tenro, e mui deugar esperão que S.A. [o] bafeja e favoreça.//» E na p. 146 afirma: «O Senhor Governador quer ir a seu salvo devagar cõ o negocio da guerra.»

⁵¹ Cf. História da Residência..., in MMA, IV, supl., doc. 132, p. 573.

em 1578⁵² e em 1579.⁵³ Os Jesuítas, e de modo especial o Pe. Barreira, devem ter contribuído também para que o Governador aceitasse a ajuda, antes recusada,⁵⁴ do Rei do Congo.

Em Maio de 1580 o Governador organizou a conquista ao longo do Cuanza com 290 soldados, 2 galeotas, um caravelão, e algumas embarcações menores.⁵⁵ A finalidade era conseguir uma conquista rápida que abrisse o caminho para as supostas minas de Cambambe. A ajuda do rei do Congo tardou. As febres, a agressividade do clima e a resistência dos sobas vizinhos do Cuanza colocaram Paulo de Novais em dificuldades.⁵⁶

O Pe. Barreira em Luanda, ao saber das dificuldades do governador, colocou-se a caminho da capital do Reino do Congo a 24 de Setembro de 1580, de certo para relembrar a promessa do rei e de apressar a chegada do seu socorro militar.⁵⁷ É tal o empenho que o Pe. Barreira colocou no prosseguimento rápido desta conquista que viu mais urgência em pedir socorro militar ao rei do Congo do que em socorrer seu confrade Pe. Baltasar Afonso,⁵⁸ que ficou grave-

⁵² Em 1578 chegam 400 soldados, munições e muita fazenda capitaneados por António Lopes Peixoto, que o pai de Paulo de Novais enviou às custas da própria fazenda (*MMA*, IV, supl., doc. 132, p. 564).

⁵³ Talvez tenha chegado junto com o Pe. Barreira o novo reforço de 200 soldados enviados pelo pai do Governador com o empréstimo de 22 mil cruzados do Rei Card. D. Henrique (Cf. *MMA*, IV, supl., doc. 132, p. 564).

⁵⁴ Cf. «De uma carta do Padre Baltasar Afonso» (09/10/1577), in *MMA*, III, doc. 28, pp. 157-158.

⁵⁵ Cf. *História da Residência...*, in *MMA*, IV, supl., doc. 132, p. 568.

⁵⁶ Cf. Garcia Mendes CASTELLO BRANCO, 1574-1620: Da Mina ao Cabo Negro, doc. I (1603), pp. 7-15, citação da p. 25, in LUCIANO CORDEIRO, *Viagens ...*: «Queixando-se o governador Paulo Dias a dito rei de Congo do mal que avia feito em mandar a embaixada maliciosa que mandou ao de Angola, por dessimular sua traição, offereceu a dito governador lhe mandaria socorro por Manibamba, seu duque, para que se tomasse vingança do rei de Angola, que tudo foi fingido, porque nunca mandou tal socorro, entretendo-nos mais de dois annos com esperanças falsas sabendo elle padeciamos muitos e grandes trabalhos e fomes porque toda a gente preta nos desamparou, e a branca era pouca...».

⁵⁷ Cf. Carta do Padre Baltasar Afonso para Padre Miguel de Sousa (04/07/1581), in *MMA*, III, doc. 46, p. 198.

⁵⁸ Baltasar Afonso, natural de Portel, do arcebispado de Évora, entrou na Companhia em 1559. Chegou a Luanda, junto com Paulo Novais, no início de 1575. Morreu em Luanda a 29/03/1603, depois de ter trabalhado 28 anos em Angola. São dele muitas das cartas que nos falam do Pe. Barreira.

mente doente após uma campanha militar pelo interior, junto com o Governador.⁵⁹

Entretanto, por falta de mantimentos, os soldados começaram a pilhar tudo o que encontravam, deixando a todos atemorizados com as atrocidades que faziam.⁶⁰ Com isto criaram medo e alguns sobas vieram aliar-se aos portugueses, um deles era «Muchima Quitangombe» («Coração de Touro»). E foram avançando tendo como meta as minas de Cambambe. A 01/11/1580 chegaram perto de Cambambe. Acamparam durante dois anos em Mocumbe: ⁶¹ «... lugar muy defensavel, mas tam doentio, que lhe consumio em obra de hum año quasi duas partes de 300 soldados que levava». ⁶²

O Pe Barreira conta-nos que o reforço militar do rei do Congo não deu o resultado que ele e todos esperavam:

«ElRei do Congo o mandou soccorrer cõ hũ grosso exercito da gente da terra em que entravaõ obra de 50 Portugueses, cõ o qual

⁵⁹ Cf. Carta do Padre Baltasar Afonso para Padre Miguel de Sousa (04/07/1581), in *MMA*, III, doc. 46, pp. 198-199: «Aos 24 de setembro de 80 estando eu em companhia do Governador se partio o P.^o Baltasar Barreira para o Congo deixandome muito doente pola terra dentro 15 legoas, escrevendome que como pudesse porme a caminho me viesse para esta casa».

⁶⁰ «...e avendo falta de mantimentos o[s] começaraõ de buscar pola pôta da espingarda, onde deraõ alguns quatro ou cinco assaltos em que farião grande destroição queimando e assolando tudo, e trazendo infinidade de mantimentos. Aqui aconteceu que hindo hum pai com hum filho fugindo dos nossos, vendo que não podia salvar seu filho se virou para os nossos e despedio quantas frechas tinha, té que o mataraõ sem se querer bulir de hum lugar, para o filho se esconder, e o pai acabou e se foi ao inferno. Outro estava dentro em huã casa cõ duas mulheres e se defendeo de dentro tam fortemente sem se querer dar, até lhe porem o fogo à casa, e alli arderaõ todos tres. Põs isto tanto espãto aos nossos imigos que todo o Angola avia medo de nós.//» (cf. *Ibid.*, p. 199).

O que admira nesta descrição é a frieza com que é contado, após uns meses depois de ter acontecido. A luta pela sobrevivência em situações extremas e em clima de guerra leva a atitudes que transforma o homem num animal feroz e desumanizante, do qual nem os religiosos escapam! Cf. o comentário que FELNER, *op. cit.*, p. 142, faz a este texto: «Se assim eram os padres, os pregadores do Evangelho, o que poderiam ser os homiziados que constituíam a maioria da população, os soldados que se iam buscar às cadeias, escolhendo-os etre os fascínoras?».

⁶¹ Cf. Carta do Padre Baltasar Barreira para o Provincial (20/11/1583), in *MMA*, III, doc. 65, p. 256: «Alevantandose o Governador de Mocumba onde auia dous annos que estaua alojado...».

⁶² Carta do Padre Baltasar Barreira para o Padre Sebastião de Moraes (31/01/1582), in *MMA*, III, doc. 47, p. 208.

se entendia, que o negócio da conquista ficaria fácil, mas succedeo que chegando à Raya dos Ambundos, que assi se chamaõ os Angolas, foraõ desbaratados e fugiraõ cõ perda de muitos milhares que ficaraõ no Campo, donde se seguio que os Ambundos ficaraõ cõ esta vittoria tam soberbos, que não tinhaõ em conta os nossos, e algũs fidalgos que estavaõ já da parte do Governador, entendendo que não tinha poder para os defender delRei de Angola começaraõ de retroceder, e esfriarse em sua amizade, e sobretudo entrou tam grande desconfiança nos nossos que desde o mayor té o menor não tratavaõ senão de buscar embarcações para se recolher cõ as vidas a este porto.//»⁶³

Com esta derrota militar, o Governador teve que adiar a conquista das minas de Cambambe, que um colega do Pe Barreira chama: «terra da promessa».⁶⁴

Em Luanda, o Pe. Barreira assistia a chegada de militares que desanimados, abandonavam o Governador. O Pe. Barreira, «principal interessado nos bons resultados da campanha que se encetara, homem activo e inérgico e duma vontade forte, não podia assistir impassível à derrocada duma obra que tantas vidas já tinha custado, e insurgiu-se contra o derrotismo que a todos invadira».⁶⁵ Resolve recrutar voluntários em Luanda e ir ao encontro do Governador:

«Vi o negocio em taes termos, que foi necessario, depois de o encomendar muito a Deus, publicar que queria ir aonde estava o Governador, exortando a alguns que por cá andavaõ espalhados a que fizessẽ o mesmo.»⁶⁶

⁶³ Carta do Padre Baltasar Barreira para o Padre Sebastião de Moraes (31/01/1582), in *MMA*, III, doc. 47, p. 208. Cf. Autor anónimo, 1607: Estabelecimento e resgates portugueses na Costa Occidental de África, pp. 1-24, in LUCIANO CORDEIRO, *Viagens ...*, p. 22 confirma que: «Paulo Dias, com ajuda do Rei do Congo, foi contra elle, mas com pouco tento e sem chegar às minas de Cambambe que era o seu principal intento...».

⁶⁴ Cf. Carta do Padre Baltasar Afonso para Padre Miguel de Sousa (04/07/1581), in *MMA*, III, doc. 46, p. 205, nota 35. O Pe. Afonso depois de tantas lutas e guerras não consegue alcançar o objetivo, e sente-se como o Moisés que por culpa do seu pecado apenas pode olhar a terra da promessa, mas não a pode alcançar (Dt 32, 48-52).

⁶⁵ FELNER, *op. cit.*, pp. 144-145.

⁶⁶ Carta do Padre Baltasar Barreira para o Padre Sebastião de Moraes (31/01/1582), in *MMA*, III, doc. 47, pp. 208-209.

Chegou com este reforço, junto do governador, no dia 24 de Junho de 1581. À sua chegada com os mantimentos, pólvora e reforços humanos, foi acolhido como um herói militar e enviado de Deus. Todos recobriram novo ânimo e nesse mesmo dia venceram uma investida do inimigo. O Pe. Barreira assim descreve este facto: «... foy Nosso Senhor seruido, que nunca mais os nossos foraõ cometidos, antes foraõ sempre cometedores.»⁶⁷ Foi dia de S. João e por isso colocaram a esse lugar Porto de S. João.

O Pe. Barreira foi logo recompensado pelo Governador ao receber para a Companhia a doação de um terreno espaçoso em Luanda e 2.500 braças de terra ao longo do mar e duas léguas pelo sertão dentro; e no mesmo dia, 22 de Dezembro de 1581, Paulo de Novais fez outra carta de doação concedendo-lhes terras na banda sul do rio Cuanza.⁶⁸ Era um gesto de reconhecimento e estímulo para que o Pe. Barreira continuasse dirigindo a companhia em aliança íntima com a conquista.⁶⁹

Com este feito, a sua fama tornou-se grande entre os portugueses e parece que deve ter passado também para as hostes inimigas. Songa ou «Songarea Quemona»⁷⁰ um dos sobas mais poderosos da margem do Cuanza, uma vez submetido pelos portugueses, veio pedir o baptismo para o seu irmão e seu filho morgado. O Pe. Barreira tomou consciência de que era difícil submeter e assegurar a submissão dos grandes senhores das terras apenas pela força das armas, por isso, viu nestes baptismos a possibilidade ímpar de criar uma cristandade nestas terras: apresentar-se como um «Nganga»⁷¹ de um Deus mais forte, colaborar na sujeição político-militar e converter os chefes ao deus dos portugueses.⁷² Por isso, aceitou estes baptismos e colocou ao

⁶⁷ *Ibid.*, p. 209.

⁶⁸ Cf. RODRIGUES, II/II, pp. 528-529 que publica parte da Carta de doação de Paulo de Novais, assinada a 22 de Dezembro de 1581 e se encontra no ARSI, *Lus.* 79, fls. 40-41.

⁶⁹ Cf. Carta de sesmarias de Paulo Dias de Novais (15/08/1584), in *MMA*, IV, supl., doc. 107, p. 434, no qual Paulo de Novais confessa que fez estas doções aos conquistadores e aos que andavam com ele: «E porque foi neçesçario pera com yso animar os que andauaõ e andaõ em minha companhia a proseguir a dita conquista, repartir por elles algumas terras».

⁷⁰ Cf. Carta de Paulo Dias de Novais a El-Rei (12/01/1582), in *MMA*, IV, supl., doc. 91, p. 335.

⁷¹ Sacerdote.

⁷² Após estes baptismos, o Governador escreve para o Rei de Portugal descrevendo os «augmentos tampoares e espirituaes que o Senhor foi seruido dar a esta

filho primogénito do Songa o nome de Constantino e ao irmão deste o nome de D. Tomé, «a hum por ser o primeiro fidalgo que se bautizava em Angola, ao outro polo santo em cujo dia se bautizava.»⁷³

Barreira quis fazer do rito do baptismo o início de uma vida radicalmente nova: novo nome, novos costumes, nova religião, novos amigos, nova língua, novas roupas, novos cargos. Por isso, fez destes baptismos e depois do baptismo do próprio Songa no dia dos Reis (06/01/1582) um momento litúrgico de grande pompa e significado simbólico: convidou o governador a ser o seu padrinho, pôs-lhe o nome do governador: D. Paulo, vestiu-o à portuguesa, numa cerimónia parecida a uma investidura de cavalaria medieval. O Pe. Barreira descreve assim o efeito deste baptismo junto dos outros sobas:

«Tem a conversão deste fidalgo feito tanto abalo, por ser homẽ de dias poderoso e sogro delRei, e tido de todos por oraculo de seus conselhos, que não fazẽ senão pedir que os fação christãos, que por falta de obreiros se lhe[s] não acode. Em hũ dia bautizei perto de 400. Forão tantos os Idolos que queimei de huã parte e de outra do Rio Coanza, que se não pode crer.»⁷⁴

O ano de 1582 é descrito como bom em vitórias militares⁷⁵ e em fruto espiritual.⁷⁶ D. Paulo, o poderoso soba cristão, aliou-se às tropas de Paulo de Novais, comandando o seu próprio exército de cinco ou seis mil homens. Com este reforço, conseguiu-se ganhar outras investidas e submeter de novo os sobas que tinham abandonado os portugueses, por medo do poder do Ngola.⁷⁷

sua conquista pera gloria Sua e de V. Magestade». A importância do Soba Songa é que as suas terras vão desde a boca do Rio Cuanza, «por onde navegamos» e sobem por ele obra de vinte léguas. Cf. Carta de Paulo Dias de Novais a El-Rei (12/01/1582), in *MMA*, IV, Supl. doc. 91, pp. 335-338.

⁷³ Carta do Padre Baltasar Barreira para o Padre Sebastião de Morais (31/01/1582), *ibid.*, III, doc. 47, p. 209.

⁷⁴ *Ibid.*, pp. 210-211. Cf. também a descrição do mesmo baptismo em TELLEZ, II, p. 624, reproduzida em *MMA*, III, doc. 48, pp. 212-213.

⁷⁵ Cf. Carta de Pe. Baltasar Afonso (31/07/1582), in *MMA*, III, doc. 50, p. 219.

⁷⁶ Cf. Carta de Paulo Dias de Novais a El-Rei (12/01/1582), in *MMA*, IV, Supl. doc. 91, p. 337: «Mas ho que mais jmporta hé mandar V. Magestade muitos Padres da Companhia a estas partes pera ajudar aos que quaa handaõ, que são pouquos e tem tanto em que entender soo com os christãos, que jaa tem feito, asj de Congo como de Angola, que nem outros dez bastariaõ pera todos e pera os que agora pedem que os ensinem e bautizem. São neçesarios muitos mais.»

⁷⁷ Cf. IDEM (03/07/1582), in *MMA*, IV, Supl. doc. 96, p. 342.

O Pe. Barreira, que no início de 1582 estava em Luanda, a 3 de Janeiro de 1583 já se encontra de novo nas vizinhanças de Cambambe, junto com o governador, após ter abandonado o acampamento de Mocumba.⁷⁸ Parece que o acompanhava há já algum tempo, pois fala de alguns sobas importantes que aderiram ao cristianismo e de cerca de mil baptismo desde o baptismo de Songa. Entre os sobas famosos que foram batizados encontrava-se Quicunguela, agora D. Luis, em cujas terras estava alojado o governador.⁷⁹ O Pe. Barreira não escondia a finalidade estratégica destes baptismos:

«A conversão destas pessoas poderosas na terra dá mui grande animo aos Portugueses, e os assegura muito, porque delles recebẽ os avisos necessarios, e são acõpanhados nas guerras, e ajudados cõ muy grande fidelidade, sã o qual não será possivel conservarse esta conquista e augmẽtar o conquistado, como se poderá coligir do que logo direy.»⁸⁰

O Pe. Barreira, para provar a importância dos sobas batizados, conta-nos o papel do soba D. Paulo numa grande vitória militar. O governador, após ter abandonado o acampamento de Mocumba, onde esteve dois anos, conseguiu avançar até a «Nova Gaza», perto da capital do Ngola.

«Chegãdo os nossos perto de Cambambe, tiraraõ dous tiros, os quaes ouvindo elRei de Angola na sua cidade de Cabaça, sã mais esperar a deixou e fogio cõ os seus, assim que já não há a quẽ espere.»⁸¹

Enganaram-se os portugueses e o Pe. Barreira ao pensarem que o medo afastara o Ngola. Foi apenas uma retirada estratégica para mobilizar um grande exército de 1200 homens para desalojar os portugueses de lá. Este grande exército fez com que os sobas aliados

⁷⁸ Cf. Carta do Padre Baltasar Afonso (31/07/1582), in *MMA*, III, doc. 56, p. 233: «Nesta porei hum capitulo de huã carta que o P.^o Baltasar Barreira me escreveo das minas de Cambambe, aonde foi Nosso Senhor servido por o Governador dandolhe vencimento de nossos imigos.»

⁷⁹ Cf. Carta do Padre Baltasar Barreira para o Provincial (20/11/1583), in *MMA*, III, doc. 65, p. 256.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 256. Cf. Também Carta de Paulo Dias de Novais a El-Rei (12/01/1582), in *MMA*, IV, Supl. doc. 91, p. 337, onde o Governador confirma a importância desta conquista espiritual.

⁸¹ Carta do Padre Baltasar Afonso (03/01/1583), in *MMA*, III, doc. 56, p. 233.

dos portugueses, com medo de perderem esta batalha, não quisessem lutar ao lado dos portugueses. Apenas o soba Songa, batizado com o nome de D. Paulo, não teve medo e continuou fiel aos portugueses.

A luta foi no sábado, dia da Purificação de N. Senhora, 2 de Fevereiro de 1583. Os portugueses com menos de 150 homens e um grupo de negros conseguiram vencer o grande exército do Rei em menos de duas horas. A batalha de Talandongo foi vista como decisiva, por isso ficou ligada a um conjunto de fenómenos milagrosos.⁸²

A presença do Pe. Baltasar Barreira foi considerada decisiva para a vitória. Ele próprio e os soldados o consideraram como um «Moisés Intercessor» (cf. Ex 17, 8-15). Fizeram desta luta uma guerra santa: «... hé corrente da terra, que anda cõ os nossos, chamar à guerra dos Portugueses guerra do Céu e de Deus.»⁸³ A morte de sete soldados portugueses foi atribuída a um momento em que o Pe. Barreira deixou de interceder:

«Não deixou de aver, quem notasse e disesse a hũ P.^o nosso queixãdosse d'elle, e atribuindolhe a culpa dos Portugueses que morrerão, porque pondose o P.^o em oração ao tempo que a batalha começou, vencerão sempre os nossos, té que cuydando o P.^o que era a vittoria de todo alcançada sayo a dar os parabês ao Gouvernador, e neste tempo virarão os imigos sobre os nossos e os fizerão retirar cõ a perda que disse.//

Chegando a nova ao Gouvernador o P.^o se tornou a recolher, e não se levantou da oração té que os nossos de todo vencerão.»⁸⁴

A prova de que o governador considerou importante a actuação do Pe. Barreira nesta vitória está no facto de que, mais uma vez, ele o recompensa com uma nova doação de terras.⁸⁵ O Pe. Baltasar apres-

⁸² Cf. Carta do Pe. Baltasar Barreira para o provincial, Luanda, (20/11/1583), in *MMA*, III, doc. 65, p. 258; Carta de Frei Diogo da Encarnação (27/09/1584), *ibid.*, III, doc. 72 p. 278: «Dizem, que falou nossa Senhora com hum soldado, & lhe disse que dessem batalha porque vencerião».

⁸³ Carta do Pe. Baltasar Barreira, (20/11/1583), in *MMA*, III, doc. 65, p. 258.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 258.

⁸⁵ Cf. RODRIGUES, II/II, p. 529; Na carta de sesmaria de Paulo Dias de Novais de (15/08/1584), in *MMA*, IV, Supl. doc. 107, p. 437, afirma-se que se doou também a banda norte do Rio Cuanza para a construção futura de colégios e casas. Um documento sem data, mas que pode ser desta época, (Carta de João Castanho Vilês, in *MMA*, IV, supl. Nota ao doc. 99, pp. 350-351), dá a entender que o governador e o Padre eram os primeiros a escolher as suas terras e, só depois, eram repartidas as restantes pelos conquistadores.

sou-se a escrever ao Rei de Portugal para que este confirmasse as doações, com a finalidade de uma vez submetida a região e povoada de gente branca, ter a renda suficiente para três colégios.⁸⁶

Após esta vitória, o governador abandonou Nova Gaza, por razões estratégicas, e recuou para um lugar fortificado pela natureza, cerca de meia jornada de Cambambe: Massangano, a vila da Vitória. Era um lugar estratégico, na confluência do Rio Lucala com o Cuanza.⁸⁷

No final da carta de 20/11/1583, o Pe. Baltasar Barreira afirma que é preciso vir mais socorro do Rei de Portugal para conseguir terminar esta conquista.⁸⁸ Este auxílio militar tardou e os angolanos recobram as forças. Por isso, o Pe. Barreira apressou-se a escrever ao Padre Baltasar Afonso, que estava em Luanda, informando-o de que o governador, uns 150 homens e ele próprio, estavam em Massangano cercados, sem pólvora e sem mantimentos. Pede-lhe que se desloque urgentemente à ilha de S. Tomé «buscar algum remedio de polvora, para lhe acudirem daqui 30 ou 40 portugueses, que à mingoa della não estão já cõ elle.»⁸⁹

Pe. Baltasar Afonso, por seu lado, escreveu logo uma carta para Portugal pedindo socorro urgente de pólvora e homens e partiu para S. Tomé a 16 de Maio.⁹⁰ Encontrou-se no alto mar com uma nau que vinha com a ajuda militar de Portugal. Este reforço já tinha partido a 23 de Janeiro de 1584 de Lisboa e só conseguiu chegar 4 meses e meio depois a Luanda.⁹¹ Em S. Tomé, o Pe. B. Afonso conseguiu alguma pólvora e mantimentos e voltou para Luanda com oitenta soldados. Logo que chegaram a Luanda, partiu, no dia primeiro de Outubro de 1584, juntamente com 80 soldados para socorrer o governador e o Pe. Barreira. O Pe. B. Afonso levava também as cartas que

⁸⁶ Cf. Cartas do Pe. Sebastião de Moraes, Lisboa (18/02/1584): ARSI, *Lus.* 68, fl. 456 e IDEM, (27/10/1585): ARSI, *Lus.* 69, fl. 165v (cf. in RODRIGUES, II/II, p. 529).

⁸⁷ Cf. Carta do Padre Baltasar Barreira para o Provincial (20/11/1583), in *MMA*, III, doc. 65, p. 259.

⁸⁸ Cf. *ibid.*, p. 259.

⁸⁹ Carta do Padre Baltasar Afonso (16/04/1584), in *MMA*, III, doc. 68, p. 265.

⁹⁰ Cf. *ibid.*, pp. 265-266; Idem (23/06/1584), Ilha de Santhomé, in *ibid.*, doc. 71, p. 271.

⁹¹ Cf. Carta do Padre Diogo da Costa (19/06/1584), in *MMA*, doc. 69, pp. 267-268. Cf. também Carta régia a Paulo Dias de Novais, Lisboa, (20/05/1585), in *MMA*, IV, Supl. doc. 111, p. 452, que fala que chegou a Luanda a 15/09/1584.

o Rei D. Filipe tinha enviado a Paulo de Novais, por meio de João Morgado.⁹²

A época do ano não era a melhor por ser o início da estação das chuvas, mas o tempo urgia já que o enfraquecimento do poder do governador revelava a fragilidade do Pe. Barreira e do seu Deus.⁹³ Por isso, parece que o Pe. Barreira, junto com os soldados velhos, desceram logo a Luanda para buscar mais reforços. O Pe. Barreira vinha também na qualidade de procurador do governador junto de João Morgado.⁹⁴ Em Luanda não demorou muito tempo; voltou logo no dia 12 de Novembro do mesmo ano. A presença de um padre em cada expedição militar que subia e descia de Luanda a Massangano era imprescindível porque os sobas ao longo do percurso estavam revoltados e os únicos que conseguiam passar eram os jesuítas.⁹⁵ E estes asseguravam também a passagem dos soldados portugueses.

Entretanto o governador já tinha lutado e vencido um soba que se revoltara. Chegou a submeter o soba de Cambambe e a estar a três léguas das cobiçadas minas de prata. No entanto, as tropas tinham chegado numa estação do ano pouco salubre e a falta de aclimação e o cansaço fez com que todos adoecessem. Com a tropa doente e as armas de má qualidade resolveram adiar a conquista das minas para depois do mês de Maio, período mais temperado para os europeus.⁹⁶ O Pe. Baltasar Barreira e o Pe. Diogo, recém chegado a Angola, trataram dos doentes. Apesar disso, morreram quase metade dos soldados. Para reforçar este pequeno número de soldados portugueses dispersos pela conquista, recrutaram cerca de

⁹² Cf. Carta régia a Paulo Dias de Novais, Lisboa (20/05/1585), in *MMA*, IV, Supl. doc. 111, p. 452.

⁹³ Cf. Carta do Padre Baltasar Afonso (16/04/1584), in *MMA*, III, doc. 68, p. 266, que afirma que com o enfraquecimento da posição dos portugueses, o Pe. Barreira dá a notícia de dois Sobas cristão que antes estavam tão animados, agora «dizem que não hão de obedecer à gente estrangeira, senão a seu Rei.»

⁹⁴ Cf. Carta régia a Paulo Dias de Novais, (20/05/1585), Lisboa, in *MMA*, IV, supl., doc. 111, p. 452: «...que pelos caminhos estarem êpedidos dos negros aleuantados mandareys o Padre Beltesar Barreyra, Superior da dita Companhia nese Reyno, pera que cõ ele comunicase ã todas as cousas que emtendese que era meu seruiço tratadas cõ vosquo, por lho así mandar por meu regimento.»

⁹⁵ Cf. *ibid.*, p. 453: «Pois por meyo destes Padres aymda que os caminhos esteyão empedidos o podeis com tamta facilidade fazer...»

⁹⁶ Cf. Carta do Padre Baltasar Afonso (19/01/1585), in *MMA*, III, doc. 79, pp. 311-313.

oito a dez mil flecheiros nativos, os «chorimbaris», muitos deles já baptizados.⁹⁷

Em 1585 mais uma vez o Rei de Angola organizou um grande exército. De novo, o Pe. Barreira tomou as providências de um chefe militar e enviou o Ir. Ribeiro pedir socorro a Luanda. Vinte soldados se dispuseram a partir com mais pólvora.⁹⁸

O Pe. Barreira escreve de Massangano, a 27 de Agosto de 1585, relatando uma batalha que se deu a 24 de Agosto, contra um grande exército do Ngola. Descreveu-a com os pormenores e os detalhes de um militar profissional. A vitória de Cacicola, por parte dos portugueses, em menor número, foi atribuída à Virgem Maria que enviou uma névoa espessa na hora da batalha e à estratégia dos portugueses que se anteciparam no ataque. Nesta batalha morreram 30 capitães de Angola. Enviou-se a Luanda duas cabeças de chefes e grande quantidade de narizes dos vencidos para provar a verdade da vitória.⁹⁹ Diz-se que os soldados velhos conseguiram retirar algumas pedras de minério de prata para enviarem ao rei.¹⁰⁰

A 14 de Maio de 1586, já em Luanda, o Pe. Barreira fez um balanço pouco positivo dos últimos tempos e da conquista espiritual:

«Quanto à conversão, pelas muitas guerras foi pouca este año, fora os que bautizarão os sacerdotes que pola terra andão, nos caberia à nossa parte alguãs 400 ou 500 almas.»¹⁰¹

Além de não falar de nenhuma conversão importante, ainda relata o corte de amizade com os portugueses de dois sobas já baptizados: Quilungela e o seu filho morgado. O Pe. Barreira teve o cuidado de dizer que ambos morreram como bons cristãos: o primeiro de doença e o segundo, capturado na batalha de Cacicola e condenado à morte pelo governador, pediu para se confessar antes de morrer.

⁹⁷ Cf. Carta do Padre Diogo da Costa (20/07/1585), in *MMA*, III, doc. 83, pp. 319-320.

⁹⁸ Cf. *ibid.*, p. 322.

⁹⁹ Cf. Carta do Padre Baltasar Barreira para o Padre Provincial (27/08/1585), in *MMA*, III, doc. 84 p. 323-325; Cf. também IDEM (14/05/1586), *ibid.*, doc. 86, pp. 328-331.

¹⁰⁰ Cf. Carta do Cardeal Alberto a D. Filipe II (06/05/1586), in *MMA*, III, doc. 85, pp. 326-327.

¹⁰¹ Carta do Padre Baltasar Barreira (14/05/1586), in *MMA*, III, doc. 86, p. 331.

«A segunda cousa que pedio, foi que o degolasse quẽ fosse christão, e pelo modo cõ que degolão os christãos; e assi se fez, não tirando elle nunca o nome de Jesus da boca». ¹⁰²

Claro que se trata de um estilo próprio de uma «carta ânua», no entanto, este pormenor era importante para o Pe. Barreira, para que não se desistisse de investir no baptismo dos chefes, como meio para conseguir mais facilmente o fim desta conquista.

O Pe. Barreira e Paulo de Novais estavam convencidos de que tinha chegado o momento de se conseguir o domínio total do reino de Angola:

«Agora está o Governador determinado de dar com o favor de Deus no mesmo Rei, por haver disposição para isso, e se nossos peccados nos não impedirem, cuido que desta vez se concluirá o negocio desta conquista.» ¹⁰³

Mais uma vez, ele enviou um colega como emissário político. Desta vez foi o Pe. Jorge Pereira que mandou ir ao Congo, diz ele, para se encontrar com o Bispo e «sobre certos negocios». ¹⁰⁴ O Pe. Jorge ficou gravemente doente e voltou para Luanda. Mas logo que ele se recuperou, o Pe. Barreira enviou-o ao governador no interior. ¹⁰⁵ Este deveria levar a boa notícia de que o Bispo de São Tomé, em visita ao Congo, não só respeitava a autoridade do governador, mas lhe pedia que esperasse a ajuda militar do Rei do Congo para conquistar definitivamente as minas de prata. Esta ajuda compreenderia o envio de alguns homens brancos e um fidalgo do Congo com muita gente. ¹⁰⁶

Só que, entretanto, D. Álvaro I do Congo morreu e D. Álvaro II teve que enfrentar lutas internas para consolidar a sua coroa real. Mais

¹⁰² *Ibid.*, p. 330.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 331.

¹⁰⁴ Estes «certos negócios» deveriam ser a questão que se levantou devido à fuga de soldados do exército do governador para o Reino do Congo. O Governador tinha mandado ao ouvidor do rei de Portugal no Congo prendê-los. O Bispo opôs-se à prisão favorecendo os desertores. O Pe. Barreira teria enviado o Pe. Jorge como mediador para convencer o Bispo da necessidade de punir os desertores para impedir novas deserções (Cf. Alvará de Paulo Dias de Novais (20/09/1585), in *MMA*, III, supl. doc. 112, pp. 455-456).

¹⁰⁵ Cf. Carta do Padre Baltasar Barreira (14/05/1586), in *MMA*, III, doc. 86, p. 328.

¹⁰⁶ Cf. Petição de Paulo Dias de Novais (1588), in *MMA*, IV, Supl. doc. 120, p. 483.

uma vez, o Pe. Barreira, como superior e reitor de Luanda,¹⁰⁷ enviou em 1587 um jesuíta ao Congo com uma missão política conjunta com o governador, de assegurar a permanência no trono do Congo a D. Álvaro II, um rei aliado dos cristãos,¹⁰⁸ pois se já com um rei aliado havia problemas, quanto mais com um declaradamente inimigo.¹⁰⁹ Em troca deste apoio, o rei do Congo fez uma provisão na qual agradecia o trabalho realizado pelos jesuítas na Ilha de Luanda, em Corimba e outras partes do reino, e lhes concedia a liberdade absoluta de trânsito, pregação e construção de igrejas em todo o reino do Congo.¹¹⁰

A tal ponto o Pe. Barreira se envolveu na conquista, apostado em fazer triunfar em toda a parte as armas portuguesas, que até os seus superiores em Lisboa começaram a achar excessivo. Assim escrevia, em 1585, o provincial de Portugal, Sebastião de Morais:¹¹¹

«O Padre Baltasar Barreira anda com um Irmão, em companhia do senhor Governador, nesta conquista e guerra, que faz aos

¹⁰⁷ Cf. L. JADIN, *op. cit.*, p. 441, diz que o Pe. Barreira foi reitor de Luanda de 1587 a 1592, não pude documentar esta informação.

¹⁰⁸ Cf. Carta de um Padre ao Provincial de Portugal (15/12/1587), in *MMA*, III, doc. 93, p. 348-355, na p. 350 diz: «O governador escreueo ao padre antes que partisse, pedindolhe quisesse també de sua parte visitar ao nouo Rey, & mādoulhe por elle hũa carta, em que da parte delRey de Portugal lhe offerecia sua ajuda & fauor pera o defender & conseruar em seu estado, a qual carta foy de muito effeito, porque como este Rey era filho bastardo do Rey passado (por os não ter legitimos) & auia outro pretensor ao qual muito desejauão de entregar o Reino, aquietarãose sabendo que o gouernador desta conquista offerecia sua ajuda ao nouo Rey». D. Álvaro II conseguiu vencer os opositores, com a ajuda dos portugueses e a autoridade moral do padre jesuíta.

¹⁰⁹ Nos documentos da conquista de Angola aparecem várias vezes críticas e desconfianças em relação ao rei do Congo e do seu apoio à luta do rei de Angola: cf. Carta de Paulo Dias de Novais (03/07/1582), in *MMA*, IV, Supl. doc. 96, p. 344; Carta Régia a Paulo Dias de Novais (20/05/1585), *ibid.*, doc. 111, p. 438; Domingos de Abreu de BRITO, *Symario e descripção do reino de Angola*, (1591), *ibid.*, doc. 131, pp. 533-545; Carta do cardeal Vice-Rei a El-Rei, Lisboa (18/10/1586), in *MMA*, III, doc. 88, pp. 340-341. FELNER, *op. cit.*, defende que estas desconfianças foram uma invenção dos jesuítas para defenderem os seus interesses.

¹¹⁰ Cf. Provisão de D. Álvaro II, rei do Congo, Salvador (07/07/1587), in *MMA*, III, doc. 90, pp. 344-345.

¹¹¹ Pe. Sebastião de Morais, foi confessor da Infanta D. Maria, esposa de Alexandre Franese, Duque de Parma, na Italia, entre 1565-1577. Foi enviado pelo Geral Mercuriano para dirigir a Província Portuguesa entre 1580-1588. A 27 de Março de 1588 foi consagrado bispo do Japão, em Lisboa. Faleceu na viagem, perto no porto de Moçambique a 19/08/1588.

gentios, e tenho entendido que se mete mais do necessário com êle, assim em coisas de guerra, como em outros negócios alheios do nosso Instituto;» ¹¹²

Paulo Novais tinha muitas razões para estar contente com os jesuítas e em especial com o Pe. Baltasar Barreira. Assim ele o escreve para o rei de Portugal:

«Mujto folg[u]ei de v. m. escreuer ao P.^o Balltezar Barreira; todas as uezes que v. m. lhe poder escreuer lhe escreua, por que não viuo quá doutra couza. Foi huã grande merçê de Deus sua vinda a esta terra.» ¹¹³

Como prémio e incentivo de tanto empenho na conquista, os jesuítas na pessoa do Pe. Barreira como superior, receberam do governador doações, não só de terras ¹¹⁴ mas também, a protecção de sobas poderosos. Estes tornaram-se uma boa fonte de rendimento pelo sistema nativo de pagamento de tributos, não directo ao rei, mas a senhores intermediários junto do rei.

«Em se sujeitando um soba, a primeira coisa que fazia, pedia logo amo, a quem tivesse na côrte do Governador, por conservador e protector, para em tudo lhe obedecer e recorrer a êle, porque assim o fazem também com o Rei de Angola, em cuja côrte todos os sobas do reino teem seus amos, que lhes são como conservadores e protectores.» ¹¹⁵

Com a justificação da manutenção de três futuros colégios, os jesuítas ficaram assim equiparados aos conquistadores.

«Paulo Dias de Novais, capitão e governador destes novos Reinos de Sebaste na conquista de Etiópia, faço saber aos que esta minha declaração virem, que a tenção cõ que apliquey aos P.^{os} da Comp.^a que residẽ nestes Reinos, os sobas que em suas doações se

¹¹² ARSI, *Lus.* 69, fl. 165, Lisboa, 27 de Outubro de 1585, citado in RODRIGUES, II/II, p. 524.

¹¹³ Carta de Paulo Dias de Novais (02/01/1584), in *MMA*, IV, Supl. doc. 104, p. 423.

¹¹⁴ Cf. Bens de raíz dos jesuítas em Angola (1612), in *MMA*, VI, doc. 28, pp. 91-98.

¹¹⁵ Fernão GUERREIRO, *Relação Annual*, ed. de 1930, p. 395, citado in RODRIGUES, II/II, p. 530, nota 2.

contẽ, foy e he que fazendose neles collegios da dita Comp.a, os aplique a elles como melhor parecer;»¹¹⁶

O conceito tradicional de Estado de teocracia democrática¹¹⁷ foi visto pelos portugueses como uma fonte de rendimento e de vassalagem. Significava uma escravatura a alto nível: os sobas pagavam aos jesuítas e conquistadores tributos em escravos, gado de toda a espécie, mantimentos, panos da região e pedras de sal, em troca do seu reconhecimento e permanência na dignidade de sobas.

Os Jesuítas tinham nove sobas doados pelo governador Paulo Dias e mais dois sobas doados em testamento por particulares.¹¹⁸ Cada soba destes era senhor de outros sobas que lhe estavam sujeitos. Três destes eram muito poderosos e todos os que estavam sujeitos aos jesuítas estavam isentos de tributo ao governador.

Com o tempo surgiram problemas com os portugueses. O Pe. Rodrigues diz que as «desconfianças, melindres e irritações» da parte dos portugueses eram devidas à defesa que estes faziam dos sobas, seus protegidos, frente à actuação dos portugueses.¹¹⁹ O próprio Pe. Barreira dá a entender que três sobas se rebelaram ao passarem da protecção dos jesuítas para a dos conquistadores que os maltratavam.¹²⁰ Não tive acesso à carta citada pelo Pe. Rodrigues,¹²¹ no entanto, pode-se imaginar que todo este poder económico dos jesuítas, ainda por cima isento de impostos e protegido pela religião, causava inveja e disputa de poder entre a burguesia santomense e os funcionários

¹¹⁶ Declaração de Paulo Dias de Novais, Massangano (07/01/1588): ARSI, *Lus.* 79, fl. 56v, in RODRIGUES, II/II, p. 531, nota 2. Cf. também IDEM, in MMA, III, doc. 95, p. 357.

¹¹⁷ Cf. Raul RUIZ DE ASÚA Altuna, *Cultura Tradicional Banto*, pp. 96-104, apresenta-nos o conceito banto de Estado ligado ao povo e não ao território por este ocupado. Na p. 101, resume este conceito de Estado de teocracia democrática: «O Chefe vencido perdia a sua autoridade política, mas continuava senhor da terra, herdada dos seus antepassados. Cumpria as observâncias sócio-religiosas em relação a ela e distribuía-a entre seus súbditos, os quais, subjugados, pagavam tributo ao vencedor; este só indirectamente se apropriava dos territórios conquistados.»

¹¹⁸ Cf. RODRIGUES, II/II, p. 531.

¹¹⁹ Cf. RODRIGUES, II/II, p. 532.

¹²⁰ Cf. «Copia de una que el P.e Baltasar Barrera escrevio de Angola al P.e Juan Correa, Provincial de Portugal recebida en Abril de 1590»: ARSI, *Lus.* 79, fl. 50, in RODRIGUES, II/II, p. 533, nota 1.

¹²¹ Cf. Carta do provincial Sebastião de Morais, Lisboa (15/08/1587): ARSI, *Lus.* 70, fl. 238v.

da fazenda real radicados em Luanda, e os jesuítas.¹²² Ou seja a burguesia de Luanda formada em especial por «cristãos-novos»¹²³ estava preocupada com o poder económico dos jesuítas que lhes tolhiam o livre comércio de escravos ao longo da principal rota, o rio Cuanza, já que as constantes revoltas e contra-revoltas diminuam o campo livre de ação para os comerciantes que tinham que submeter-se aos jesuítas e às suas regras para comprarem as suas «peças» nos poucos sobados em paz que eram os cristãos e sob a protecção dos jesuítas.¹²⁴

Pressionado por opositores no Reino e em Luanda, o Pe. Barreira, por volta de 1587, resolveu entregar as doações de sobas ao governador. De Lisboa o provincial aprovou o gesto, pois com isso evitava-se muita crítica aos jesuítas. No entanto, os sobas, devido à grande ganância dos comerciantes de escravos, preferiam a protecção dos jesuítas à dos novos «protectores».¹²⁵ Gerou-se uma revolta e 47 conquistadores fazem uma petição ao governador para que o rei mandasse «notificar ao Pe. Baltasar Barreira, superior, e em seu nome, ao Pe. Diogo da Costa, residente neste Massangano, não largassem de si os ditos sobas, e os tivessem em seu poder até a terra tomar outro assento.»¹²⁶

¹²² Cf. FELNER, *op. cit.*, pp. 273-274, afirma que sendo os jesuítas donos dos sobas, só eles podiam vender escravos, tendo nessas vendas incalculáveis lucros.

¹²³ Cf. a Carta de Doação a Paulo Dias de Novais, Lisboa (19/09/1571), in *MMA*, III, doc. 4, p. 48, onde se proíbe a ida de judeus convertidos, mas em 1574 D. Sebastião concede licença para Paulo de Novais levar seis «pessoas da nação» ou «cristãos novos» para S. Tomé e Angola, pelo tempo de três anos (Cf. *MMA*, III, p. 48, nota 13). Uma carta do Pe. Pedro Rodrigues (11/05/1593), in *MMA*, III, doc. 132, pp. 464-465, comunicando a existência de crenças judaicas e heréticas em Angola e propondo a intervenção da Inquisição, prova a existência de comerciantes judeus em Luanda.

¹²⁴ Cf. FARINHA, *A expansão da fé na África e no Brasil*, vol. I, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1942, p. 226: «Desgraçadamente a paz e o sossêgo que os jesuítas conseguiam entre os povos, de que eram procuradores, e a fiscalização que exerciam nessa regiões sertanejas não convinham aos homens de ambições desmedidas e moral avariada, que tanto abundavam na colónia nesse tempo.» E a seguir cita uma carta de António Bezerra Fajardo, do início do século XVI, que se queixa das guerras injustas que se faziam apenas para conseguir captar escravos.

¹²⁵ Cf. História da Residência..., in *MMA*, IV, supl., do. 132, p. 562: «Pello que alguns Portugezes que avexarão a seus Sobas com lhes pidirem peças em tempos extraordinarios, derão occasião a nos tomarem avorrecimento, e tratarem de se levantar, como oie em dia o estão quasi todos.»

¹²⁶ «Treslado de huma petição que os Conquistadores deste Reino de Angola fizeram ao senhor Paulo Dias de Navais, capitão e Governador deste Reino» (1587): *ARSI. Lus.* 70, fl. 273, citado in RODRIGUES, II/II, p. 533, nota 2.

É de notar que se fala « neste Massangano », o que nos leva a crer que se tratava de um conflito mais alargado entre o grupo do governador e dos conquistadores, que viviam no interior e tinham como meta imediata a conquista do reino de Angola, e a burguesia de Luanda que apenas se interessava em ter os barcos cheios de escravos e na troca de mercadorias.¹²⁷ Os militares compreenderam que seria o fim da conquista se tivessem os sobas revoltados, ao longo do rio Cuanza; seria ficarem isolados no interior sem possibilidades de receberem reforços ou fugir. O Pe. Barreira entendeu bem a situação dos soldados da vanguarda e respondeu imediatamente:

« Informaremos nossos superiores do que nesta petição se contém, e enquanto esperamos a resposta, correremos, como dantes, com os sobas de nossa doação, pedindo ao senhor Governador que, se entretanto o estado da Conquista der lugar a isso, tome o assunto dêles, para podermos mais livremente atender a nossos ministérios para maior glória divina e bem das almas.»¹²⁸

Uma outra situação que trouxe problemas aos jesuítas de Angola foi a escravatura, que o Pe. Barreira aceitou para resolver dois problemas: o económico e a falta de mão-de-obra. A situação económica era insustentável: recebiam quatrocentos e vinte cinco cruzados por ano,¹²⁹ com o que em Angola, com a carestia dos preços praticados pelos comerciantes negreiros, era quase impossível viver.¹³⁰ Acrescia-

¹²⁷ Cf. Domingos de ABREU DE BRITO, *Svmario e descripção do reino de Angola*, (1591), in MMA, IV, Supl. doc. 131, p. 539, descreve a situação de Luanda em 1590-1591: os moradores da Vila de Luanda colocaram duas ou três escravas na Ilha vendendo matimentos e trocando-os por zimbo, moeda do Congo e de Angola: « Esta hé a ordem que ordenarão os moradores da uilla de Loanda, com a qual enrricarão com tanta prosperidade; com as quaës riquezas recebeo V. Magestade alguãs perdas, porque / como tinhão o trato perfeito desemparauão a conquista & se fazião moradores na uilla, & por esta rezão estes enrricarão, e os pobres conquistadores empobreçerão, seguindose daqui outro mayor mal que como poderosos, & moradores no porto & escalla de todas as naos o nauios onde se desembarca os mantimentos & fazendas, da qual escolhem e tomão o melhor pera si, e do somenos e podre & mal tratado enuião arriba à conquista e dobrão duas vezes o dinheiro;»

¹²⁸ ARSI, *Lus.* 70, fl. 173v, citado in RODRIGUES, II/II, p. 533.

¹²⁹ Cf. Carta Anua da Residência de Angola (1579), in MMA, III, doc. 42, p. 185. Cf. RODRIGUES, II/II, p. 553, e JADIN, *op. cit.*, p. 443, falam em 42\$500 réis por cada missionário.

¹³⁰ Cf. JADIN, *op. cit.*, p. 443, estima que seriam indispensáveis no mínimo 140.000 réis anuais por cada missionário.

-se a isto que nem sempre era fácil receber este dinheiro em S. Tomé e normalmente estavam com pagamento em atraso.¹³¹ Por outro lado, o Pe. Barreira dispndia muito dinheiro em ajudas aos soldados para que a conquista não parasse.¹³² A ajuntar as estas despesas tinha ainda os «homiziados», pessoas que fugindo à justiça procuravam asilo na casa dos jesuítas e eram sustentados por eles.¹³³

A solução deste problema económico passava por uma destas três hipóteses: viver de esmolas, contrair dívidas em Portugal e Brasil, ou procurarem ser economicamente auto-suficientes. O Pe. Barreira preferiu esta última solução, conquistada com muito sacrifício e trabalho no apoio da conquista.¹³⁴

O governador doou a protecção dos sobas aos jesuítas para que, o tributo que estes davam em escravos, pudesse compensar o desfasagem entre a ordinária real e os gastos reais.

«... por lhe[s] não bastar a esmola que el Rey nosso Senhor lhe[s] mandar ã cada hũa nao, por causa dos excessivos preços, cõ que cõprão nestas partes as cousas de Europa e pella muyta gente que pera serviço lhes hé necessaria, por se fazer tudo cõ escravos da terra.»¹³⁵

Houve outras pessoas que também fizeram doações de terras e de escravos aos jesuítas.¹³⁶ Estes escravos eram usados primeiro como *mão-de-obra* nos serviços domésticos dos jesuítas, apesar dos Supe-

¹³¹ Cf. Carta do Pe. Barreira, Luanda (26/06/1591): ARSI, *Lus.* 71, fl. 168, onde diz que já há quatro anos que os de S. Tomé não pagam a contribuição real.

¹³² Cf. Requerimento do Padre Baltasar Barreira ao governador D. Francisco de Almeida, Luanda (15/09/1592), in RODRIGUES, II/II, p. 536: «e o muito que se gasta em socorrer muitas vezes as necessidade da conquista e dos soldados nas contínuas esmolas que fazemos a outras pessoas.»

¹³³ Cf. O P.^o Pero Rodrigues visita a Missão de Angola (15/04/1594) in MMA, III, doc. 135, n. 20, p. 475: determina que por causa das despesas o homiziado não fique mais de oito dias.

¹³⁴ Cf. História da Residência..., in MMA, IV, supl., doc. 132, p. 580, diz que Paulo Novais escreve ao Rei de Portugal: «Peço a sua Magestade não consinta que os Padres da Companhia de Jesu desemparem esta conquista, pois foi cavada desdo princípio e aquirida com seus conselhos e ajudas spirituaes.»

¹³⁵ Declaração de Paulo Dias de Novais (07/01/1588), in MMA, III, doc. 95, p. 357.

¹³⁶ Cf. O P.^o Pero Rodrigues visita a Missão de Angola (15/04/1594) in MMA, III, doc. 135, p. 476, nn. 23-24.

riores Gerais da Companhia se terem sempre manifestado contra o uso de escravos no serviços domésticos das casas e Colégios da Companhia.¹³⁷ O Pe. Barreira justificou esta acomodação aos usos dos portugueses, residentes em Angola, afirmando que as condições climáticas e económicas da terra obrigavam-no a ter uma grande quantidade de escravos ao serviço de cada casa:

«Porque vistos os grandes gastos desta terra e a muita gente de serviço que se requiere para as casas que nela tem a Companhia, que cada uma de (?) cem pessoas, e para carregarem os Padres que andam fora delas, e a fabrica que levam consigo, quando andam no arraial e em outras partes exercitando seus ministérios.»¹³⁸

Estes cem escravos permanentes nas casas, além de transportarem missionários¹³⁹ e coisas nas suas missões ao interior,¹⁴⁰ trabalhavam nas construções e fazendas dos jesuítas.

Os jesuítas recebiam dos sobas, em média, cerca de 300 escravos por ano, fora as doações de particulares amigos,¹⁴¹ do trato nas feiras¹⁴² e provavelmente de despojos das guerras recebidos pelos missionários que acompanhavam o exército, como capelães. Destes conservavam cerca de 100 para os seus serviços domésticos e os outros cerca de 150 eram usados como *moeda de troca*. Eram trocados por

¹³⁷ Francisco Borja em 1569, Everaldo Mercuriano em 1576 e Aquaviva em 1584 (cf. RODRIGUES, II/II, p. 558).

¹³⁸ Requerimento do Padre Baltasar Barreira ao governador D. Francisco de Almeida, Luanda (15/09/1592), in RODRIGUES, II/II, p. 536.

¹³⁹ Cf. Relação de Frei Diogo do Santíssimo Sacramento (1583), in MMA, IV, supl., doc. 102, p. 359, onde nos conta como se deslocavam para o interior no chamado «cavalo do congo»: «Yuamos en vnos caballos de palo, y a cada frayle lleuauã dos negros, el vno delante, y el otro atrás, y el frayle sentado en medio, en vn asiento hecho de cuero de vaca.(...) Fué jndustria que dieron los portugueses al prinçipio para poder ir de vna parte a otra.»

¹⁴⁰ Cf. Estado Religioso e político de Angola (1588), in MMA, III, doc. 103, p. 376, diz que a região à beira-mar até vinte a trinta léguas da costa: «hé taõ esteril, que não podemos caminhar por elle sem levar todo o necessario de mâtimento, agoa, e uazilhas em que se hade fazer o comer, e isto em hombros de negros, porque não há caualgaduras nesta terra.»

¹⁴¹ Cf. O P.^e Pero Rodrigues visita a Missão de Angola (15/04/1594) in MMA, III, doc. 135, p. 476, n^o 24.

¹⁴² Cf. *ibid.*, p. 473, n^o 10.

alimentos, roupa, e material da residência, ¹⁴³ libertando outros, após os ter catequizado. ¹⁴⁴

«A sustentação dos Nossos é muito difícil, assim das coisas da Europa para si, como de mantimentos da terra para a gente que mantém, a qual é em maior número do que se pode cá imaginar, e tão necessária, que não se pode viver sem ela. Êste mantimento compra-se com a fazenda que vá de Portugal, e serve lá de dinheiro para com os negros; e para comprar aos brancos as coisas que levam de Portugal, é necessário ter sempre escravos em cadeias, porque não as dão senão por êles.» ¹⁴⁵

Em Luanda, os escravos eram pouco valorizados e os gêneros importados supervalorizados, por isso, o Pe. Barreira resolveu aproveitar da isenção de impostos e comprar os gêneros que precisavam directamente do Brasil, através dos Colégios jesuítas. ¹⁴⁶ Logo em 1582, há um documento que notifica a existência deste tráfico para o Brasil ¹⁴⁷ e em 1586 há um outro documento que mostra que os jesuítas também enviavam escravos para Portugal. ¹⁴⁸

O uso dos escravos como solução de mão-de-obra e moeda de troca, resolvia o problema da auto-suficiência, mas trazia outros problemas.

O primeiro problema é de *ordem moral e jurídica*: os escravos dos jesuítas teriam título justo? Poder-se-ia usar estes escravos sem escrúpulos de consciência? Foi para responder a esta questão que o

¹⁴³ Cf. A mesma situação vivida em S. Tomé: Sentença do Cardeal D. Henrique a favor do bispo de S. Tomé, Lisboa (14/03/1571), in MMA, III, doc. 3, p. 27: «por serem os mâtimentos muito caros, por jrem todos de q[u]á de Portugal. -s- pão, uinho, azeite, vestidos, calçado.»

¹⁴⁴ Cf. L. JADIN, *op. cit.*, pp. 441-442.

¹⁴⁵ «Razones del Pe. Baltasar Barrera para se dexar la Residencia de Angola» (02/05/1594), in RODRIGUES, II/II, pp. 565-566.

¹⁴⁶ Cf. «Apontamentos sobre a fundação de hum collegio no Reino de Angolla, em os quais concordarão os Padres abaixo assinados cõ o Pe. P.º Rõiz, Visitador da Comp.ª no mesmo reino a 15 de Junho de 1593», in RODRIGUES, II/II, pp. 560-561.

¹⁴⁷ Cf. Certidão ao Capitão André Dias (1582), in MMA, IV, Supl. doc. 97, pp. 346-347, que dá notícia que levava para o Brasil, Bahia, quatro peças dos jesuítas, isentas de imposto.

¹⁴⁸ Serafim LEITE, *História... Brasil*, II, pp. 345-346, diz que em 1586, o procurador de Lisboa, Pe. Jerónimo Cardoso se recusou a ser intermediário entre os Padres de Angola e algumas pessoas particulares de Lisboa a quem aqueles enviaram alguns escravos propriedade de portugueses de Angola, amigos dos jesuítas.

Pe. Barreira escreveu o seu pequeno opúsculo sobre os escravos de Angola.¹⁴⁹ Neste o Pe. Barreira aliviava a consciência dos jesuítas e dos comerciantes de escravos por três motivos: a primeiro é de ordem cultural: a prática do tráfico de escravos era normal na cultura umbundo e estava regulamentada nessa sociedade, por meio de fiscais existentes nas feiras, para impedir a venda de pessoas livres; o segundo motivo é de *ordem estrutural*: começa por descrever os três títulos justos aceites na cultura dos Umbundos:

«As peças que se uendem são de tres sortes, huãs que os Senhores de Vassallos tem em suas terras pera as cultuiar, nascidos e procreados de outros que seus antepassados tomaraõ em guerras e fizeraõ quando naõ reconheciaõ superior, outros que elles mesmos tomarã nas guerras feitas com licença de seu Rey, o qual examina as cousas &c. Outros que foraõ comprehendidos em delictos, pelos quaes mereçiaõ [a] morte.»¹⁵⁰

Depois conclui que, para os portugueses que compravam escravos, era impossível saber qual o título do escravo:

«E alem disto hé cousa de riso antre elles preguntar lhe[s] por isso, nem respondem outra cousa senaõ que são suas peças, por ser extratorinario o segredo que guardaõ em suas cousas.//»¹⁵¹

O terceiro motivo de descargo de consciência é de *direito internacional*: a guerra justa.

«E a todas as cousas sobreditas se ayunta que hé muy iusta a causa porque os nossos lhe fazem agora guerra, e os catiuaõ, por que quatro uezes pediraõ aos Reis de Portugal Sacerdotes pera se conuerterem, pretendendo sempre retelos, e roubar as fazendas dos Portugueses que com elles uinhaõ, como fizeraõ com inuencões diabolicas duas uezes no tempo dos Reis passados, e outra quando o Governador Paulo Dias de Navaes ue[i]o cõ os nossos Padres a primeira uez, e outra há menos de tres annos, aos que uieraõ cõ o mesmo Governador a 2^a uez, matando obra de trinta

¹⁴⁹ Cf. Informação acerca dos escravos de Angola (1582-1583), in *MMA*, III, doc. 54, pp. 227-229. Cf. também um escrito de Cabo Verde, que BRÁSIO atribui ao Pe. Barreira, sobre o mesmo assunto e defendendo a mesma opinião: Dos escravos que saem de Cabo Verde (1606), in *MMA*, IV, 2^a série, doc. 52, pp. 190-199.

¹⁵⁰ *MMA*, III, doc. 54 p. 228.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 228.

Portugueses os principães de Angola, e muy grande numero de escrauos soltos, que são muy estimados, e tomandolhe[s] a fazenda de quatro nauios que lá tinhaõ leuado, pera fazer cõ ellas peças.»¹⁵²

A conclusão desta questão dos títulos foi a legalização e a sacralização da captura violenta e do tráfico de escravos:

«E a conclusaõ será, que quanto mais entrarmos pela terra, e tratarmos dos negros, tanto mais experimentamos que de nhuã parte de Guiné uaõ peças que se possaõ comprar mais seguramente que as de Angola.»¹⁵³

O segundo problema que o uso de escravos trazia era de *ordem sócio-pastoral*: os jesuítas eram criticados por se dedicarem ao comércio de escravos sob o pretexto da conversão.¹⁵⁴ Temendo dar motivos de acusação aos seus adversários,¹⁵⁵ os superiores de Portugal e de Roma proibiram esta prática. O Pe. Barreira em 1590 respondeu que os jesuítas não podiam sustentar-se em Angola sem o comércio de escravos, e como o rei não pagava o suficiente para se sustentarem, sugeria que, em vez de se fazer a venda directa dos escravos, se fizesse por meio de terceiros ou se entregassem ao governador, dando ele o preço aos padres. Mas o Superior Geral foi categórico: «que se vivesse de esmolmas, se tanto fosse necessário.»¹⁵⁶

Em Maio de 1590, também a Congregação Provincial de Portugal assentou que se cumprisse a proibição do Pe. Geral e que se não largasse a missão por causa do sustento.¹⁵⁷ Apesar de todas estas proibições, o comércio de escravos entre os jesuítas continuou, em-

¹⁵² *Ibid.*, pp. 228-229.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 228.

¹⁵⁴ Cf. Carta do Pe. Jerónimo Cardoso, procurador das missões, Lisboa (06/10/1586), in RODRIGUES, II/II, p. 562: «porque alguns malévolos pensam e dizem que, sob pretexto de conversão, temos trato e exercemos mercancia.»

¹⁵⁵ Cf. *ibid.*, p. 562, em que afirma que o bom nome dos jesuítas é posto em causa: «...pois procuramos tanto sua liberdade por uma parte, não devemos dar ocasião aos émulos, que são muitos e poderosos, de poderem dizer que bem o dizemos e mal o fazemos».

¹⁵⁶ «Memorial de algunas cosas que el Procurador representará a N. P. General en mayo de 1590, n.º 14»: ARSI, *Congr.* 44, 383v, citado por D. Manuel Nunes GABRIEL, *op. cit.*, p. 106; Cf. também RODRIGUES, II/II, p. 563.

¹⁵⁷ Cf. RODRIGUES, II/II, pp. 563-564.

bora com a morte de Paulo de Novais e depois da derrota de Luís Serrão, muitos sobas se tivessem revoltado e deixado de pagar os tributos e, com isso, tivesse diminuído a transação de escravos.

O comércio de escravos continuou, como nos mostra um inquérito iniciado, ao que parece em 1591, sobre um escravo vindo do Brasil para Lisboa. O Provincial do Brasil respondia assim em 1594:

«O Pe. Baltasar Barreira mandou ao Pe. Marçal Beliarte um negro de Angola, que valeria passante de 20 mil réis: êle o mandou ao reino, e não se pode saber a quem; presume-se que a uma irmã sua, casada.»¹⁵⁸

Em Maio de 1589 morreu Paulo de Novais em Massangano quando se preparava para atacar a capital do Ngola.¹⁵⁹ O Pe. Barreira tinha sido, segundo o próprio Paulo Novais, o seu braço direito.¹⁶⁰ O seu sucessor foi o Capitão Luís Serrão.

O Pe. Franco dá entender que Luís Serrão não era tão solícito em escutar e seguir os conselhos do Pe. Barreira, chegando a fazer uma comparação entre o rei Acaz e o profeta Isaías (Is 7); assim como aquele não confiou em Deus, por meio das palavras do profeta, assim também Luís Serrão sofreu a grande derrota da Batalha de Lucala ou, também conhecida, Batalha da Matamba, porque não confiou nas palavras do Pe. Barreira.¹⁶¹ Na realidade, é difícil de saber como foi esse relacionamento, pois o juízo histórico sobre Luís Serrão ficou condicionado por um acontecimento que manchou a sua longa carreira militar em Angola, a chamada batalha da Matamba.

¹⁵⁸ ARSI, *Bras.* 3(2), fl. 360, citado por S. LEITE, *História... Brasil*, II, p. 346. Uma carta do Pe. Geral ao Pe. Beliarte, em Outubro de 1591, critica os padres dos aldeamentos no Brasil que: «para seu sustento teem uma como espécie de tratos e mercancias de carnes e farinhas, que a diversas partes enviam, e principalmente a Angola, donde, desta conta, lhes veem escravos.» [Carta de Cláudio Aquaviva, (Outubro de 1591)]: ARSI, *Bras.* 2, fl. 64, citado por S. LEITE, *op. cit.*, II, p. 346).

¹⁵⁹ Cf. Jaime CORTESÃO, *Os portugueses em África*, Lisboa, Portugália editora, 1968, p. 46.

¹⁶⁰ Cf. Carta de Paulo Dias de Novais (02/01/1584), in MMA, IV, Supl. doc. 104, p. 423, na qual Paulo Novais, ao escrever ao Rei, afirma do Pe. Barreira: «... por que não viuo quá doutra couza. Foi huã grande mercê de Deus sua vinda a esta terra.»

¹⁶¹ Cf. FRANCO, *Imagem... de Coimbra*, II, p. 473; logo na p. 470 diz que «a causa foi inveja de hum Governador, que com lançar a culpa dos seus desacertos às costas do Padre Barreira, se quis santificar diante DelRey».

Luís Serrão, ao tomar posse, apressou-se em pôr em prática o plano do seu antecessor de atacar a capital do Ngola. Parece que ele queria realizar um feito que o tornasse célebre como Paulo de Novais, por isso escolheu a célebre data da festa de N. S. das Candeias para se equiparar a Paulo Novais na celebre vitória de Talandongo a 02/02/1583.¹⁶² Acabou por antecipar a batalha para o dia 28 de Dezembro de 1590.¹⁶³ O governador Luís Serrão, passou o rio Lucala com um pequeno exército dividido em três corpos comandados por ele, pelo capitão André Pereira Ferreira e pelo sargento-mor Francisco Sequeira. Ele ficou no Lucala e enviou Francisco Sequeira com cerca de 150 homens brancos e grande quantidade de negros comandados por Manipedro.¹⁶⁴ Estes foram surpreendidos e vencidos em Lucanzo por um grande exército do Rei de Angola confederado com o Rei da Matamba e um grande senhor chamado «Caçulo».¹⁶⁵ O governador, ao saber da notícia, em Angolome Aquitambo, retirou-se com os que se puderam salvar para Aquibolo, 55 léguas da batalha e depois para Bamba Antungo, próximo de Massangano.¹⁶⁶ Indo depois para Massangano donde enviou um pataxo¹⁶⁷ para pedir ajuda a Luanda. O que não foi fácil pois os sobas vizinhos do rio Cuanza, antes aliados dos portugueses, agora se tinham revoltado. Apesar disso, conseguiu-se enviar um pequeno socorro ao governador.¹⁶⁸

¹⁶² Cf. Carta com novas de Angola (Junho de 1591), in *MMA*, III, doc. 120, pp. 429-430, na p. 429 diz: «E que o dito governador chamara a pregões a jente e toda sob graues penas, sem reparar a coussa alguã se partira com seu campo. E que se dizia que dia de nossa Senhora das Camdeas, em Feuereiro, avia de dar batalha.»

¹⁶³ Cf. História da Residência..., in *MMA*, IV, supl., doc. 132, p. 575 diz que foi a 29/12/1589, mas o Pe. BRÁSIO, in *MMA*, III, nota da p. 434, com sua autoridade, segue a informação de Domingos de ABREU, in *Um inquérito à Vida administrativa e económica de Angola e do Brasil*, Coimbra, 1931, p. 23, que dá a data de 28/12/1590 (dia dos Inocentes).

¹⁶⁴ Cf. História da Residência..., in *MMA*, IV, supl., doc. 132, pp. 574-576.

¹⁶⁵ Cf. Domingos de ABREU, Desbarato dos reis da Etiópia e descobrimento da Ilha de Luanda (1591), in *MMA*, IV, supl., doc. 131, p. 533, diz que o exército era do rei da Matamba, auxiliado pelo do Congo, o de Angola, dos Guindas e dos Jagas.

¹⁶⁶ Cf. LUCIANO CORDEIRO, *Viagens...* numa nota ao documento de Garcia Mendes CASTELLO BRANCO, 1574-1620: Da Mina ao Cabo Negro, doc. I (1603), p. 10.

¹⁶⁷ Pequena embarcação.

¹⁶⁸ Cf. Domingos de ABREU, Desbarato dos reis da Etiópia e descobrimento da Ilha de Luanda (1591), in *MMA*, IV, supl., doc. 131, pp. 534-536.

Após uma derrota destas, é normal que se procure um «bode expiatório». Há indícios de que não havia acordo sobre a oportunidade do ataque à capital do Rei de Angola, no Dondo, ¹⁶⁹ mas não se fala explicitamente que o Pe. Barreira era um dos que achava inoportuna essa missão militar. Após a derrota, as opiniões sobre o acontecido são diversas: uns atribuem a causa da actual situação ao rei do Congo que se colocou ao lado do Rei de Angola contra os portugueses e a fé cristã; ¹⁷⁰ outros atribuem a derrota ao descaso da coroa portuguesa que não atendeu prontamente a tantos pedidos de socorro vindos de Angola, lamentando agora as consequências para o comércio, não só para Angola, mas também para S. Tomé e para o Brasil; ¹⁷¹ outros atribuem-na à cobiça e imprevidência do governador. ¹⁷² O Pe. Barreira, na única carta desse período, a que tive acesso, fez uma descrição bastante imparcial:

«Depois das derradeiras que escrevi a V.P. socedeo nesta Conquista uma quebra muy grande porse perder uma companhia de soldados & m^{ta} gente da leua ã um encôtro que acaso indo despercebidos tiuerã cõ um exercito de mays de um conto de negros mandados por outro Rey uizinho a Angola, cõ o qual ocasião se alevãtou a terra toda & poserã os nossos em muy grãde aperto, foy o S.^{or} servido y se retirou o G.^{or} cõ obra de cento e uinte homens cõ guerra continua que lhe saya ao encôtro em mays de setenta legoas que caminharã tee chegar a Manssãgano onde se uaõ sustentando inda que em m^{to} trabalho tee chegar algum socorro do Reyno.» ¹⁷³

A «história da Residência» também nada fala deste desentendimento, entre o governador e o Pe. Barreira, pelo contrário, dá a entender que o governador nada fez por imprevidência, pois tem o

¹⁶⁹ Cf. Carta com novas de Angola (Junho de 1591), in *MMA*, III, doc. 120, pp. 429-430, na p. 429 diz: «Jeronimo Castanho tem carta de seu filho do reino de Angola. Escreue em 26 de dezembro passado em que diz que antre os brancos avia devizão sobre Luis Serraõ que seruia de governador, querer yr tomar [e] por guerra do Dongo, onde moraua o Rey de Angola, que pela imformação das pessoas que o virão seria tamanho como a cidade de Evora, não tratamdo da casaria e nobreza.»

¹⁷⁰ Cf. *ibid.*, p. 429.

¹⁷¹ Cf. *ibid.*, p. 430.

¹⁷² Cf. Capítulo de uma carta sobre Angola e Congo (1591), in *MMA*, III, doc. 121, pp. 431-432; Capítulo de uma carta de Fernão Martins (1591), *ibid.*, doc. 122, pp. 433-434.

¹⁷³ Carta do Pe. Baltasar Barreira, Loanda, (26/06/1591): ARSI, *Lus.* 71, fl. 168.

cuidado de acrescentar o pormenor, que foi depois de «avido conselho» que enviou o sargento-mor Francisco de Sequeira ao encontro do exército inimigo.¹⁷⁴

No entanto, parece-nos que Luís Serrão não estaria muito inclinado em aumentar e apoiar o crescente poder do Pe. Barreira e dos Jesuítas em geral. Admito esta hipótese, por um lado, na necessidade que o Pe. Barreira teve de confirmar as doações de Paulo Novais, no qual ele serve como notário,¹⁷⁵ e, por outro, na doação de um terreno, pedido pelo Pe. Baltasar para a construção do colégio, e que Luís Serrão, em vez de lho doar, passou provisão a uma tal Maria Gomez, em 1591; os jesuítas tiveram que comprar este terreno e só puderam tomar posse dele em 1592, talvez no tempo de André Ferreira.¹⁷⁶

A situação político-económica ficou muito difícil. Quem estava no interior ficou sem apoio militar; quem estava em Luanda não tinha com que encher os barcos nem como sobreviver, pois todo o comércio e doações dos sobas ficaram suspensas.¹⁷⁷ O Pe. Barreira ficou em apuros com a subsistência. As dívidas acumularam-se em mais de três mil cruzados:¹⁷⁸

«Visto este socesso e que nã tinhamos donde nos sostentar, porque ateaqui o faziamos doque nos dauã liuremête os sobas de

¹⁷⁴ Cf. História da Residência..., in *MMA*, IV, supl., doc. 132, p. 574.

¹⁷⁵ Cf. Carta de sesmarias de Paulo Dias de Novais (15/08/1584), in *MMA*, IV, Supl. doc. 107, pp. 433-438, do qual Duarte Roiz, escrivão dos Registos das Doações do Reino de Angola, fez um traslado em Massangano, a 18/07/1589, no final do qual o Pe. Barreira tem o seguinte autógrafo: «Certifico eu Baltasar Barreira da Comp.^a de Jesus, Superior dos Padres desta Residencia de Angola, que a letra deste tralado de nomeação e separação dos Reguenguos do G.^{or} Paulo Di[a]z de Nouais que está em gloria e o sinal hé de Duarte Roïs, escriuaõ das doaçõis e registos deste Reyno que ora serue os ditos carguos, e que hé conforme aa propria carta que o dito G.^{or} fez» (p. 439).

¹⁷⁶ Cf. Bens de raíz dos Jesuítas em Angola (1612), in *MMA*, VI, doc. 28, pp. 92: «os quais o padre Balthezar Barreira tomou per huma prouisaõ particular do Senhor governador Luis serrão, passada na era de 1591, a huma Maria Gomez, assim porque nos deuasaua as seruentias de nossa casa, como também porque naquelle tempo detriminaua fazer aqui o edificio, e seruierem pera elle; forão aualiados estes chaõs per ordem da justiça, em 33\$ reis os quais pagamos, e tomamos posse delles na era de 1592, os quais papeis temos em nosso poder.»

¹⁷⁷ Cf. Capítulo de uma carta sobre Angola e Congo (1591), in *MMA*, III, doc. 121, p. 432: «... e entendo será acabada de todo a conquista de Angola; estauão en Angola muitas naos e nenhuã tem pesa donde se aia de aviar».

¹⁷⁸ Cf. Carta do Pe. Barreira, Luanda (26/06/1591): ARSI, *Lus.* 71, fl. 168.

nossas doações pola ordem que tenho escrito, & ã S. Tome tem quatro años que nos nã pagaõ, determinei mandar ao Reyno o P.^o Jorge Pereira cõ parecer dos mays padres para tratar do remedio da nossa sustentação e da uniaõ desta Residencia aa Prouincia do Brasil.»¹⁷⁹

Como o Pe. Jorge não pode ir, enviou o Pe. Diogo da Costa, primeiro a S. Tomé e depois a Portugal, tratar deste assunto. Em 1592, o Pe. Diogo voltou tendo conseguido que o pagamento fosse feito, não em S. Tomé, mas em Luanda por meio dos contratadores dos direitos de escravos,¹⁸⁰ embora não conseguisse aumento da contribuição real.¹⁸¹

Segundo o Pe. Franco, após a morte de Luís Serrão, as câmaras de Luanda e de Massangano quiseram eleger o Pe. Baltasar Barreira para governador, no entanto, este recusou-se e fez que elegessem, interinamente, o capitão André Ferreira Pereira, a quem diz que deu grande apoio em alimentos, a partir de Luanda.¹⁸²

Razões dum regresso a Lisboa

O optimismo com que em 1590 se anunciava o número de gentios convertidos, cerca de 20.000,¹⁸³ vai decrescendo com a derrota de Luís Serrão e a chegada do novo governador. É o período em que o Pe. Barreira intensifica o seu espírito guerreiro para defender, não a «conquista» que nesta altura ficou quase parada, mas os privilégios adquiridos junto do Estado — confronto com o governador para conservar a posse dos sobas —, e junto da Igreja — confronto com o provisor eclesiástico¹⁸⁴ para conservar os privilégios papais.

¹⁷⁹ *Ibid.*

¹⁸⁰ Cf. Alvará de mantimentos aos padres Jesuítas, (22/11/1592), in *MMA*, III, doc. 128, pp. 450-453; cf. RODRIGUES, II/II, p. 554.

¹⁸¹ Cf. FARINHA, *op. cit.*, 1942, p. 224, afirma que o Rei D. Filipe concedeu por alvará de 22/11/1592, congrua suficiente para sustentar 16 religiosos, mas não aumentou a contribuição pessoal de cada um.

¹⁸² Cf. FRANCO, *Ano santo...*, p. 295; IDEM, *Imagem... de Coimbra*, II, pp. 473-474. Não tive acesso a documentos da época que comprovem esta notícia.

¹⁸³ Cf. *Ânuo de 1586: ATT, códice 690 (Livreria)*, fl. 222 (cf. RODRIGUES, II/II, p. 517).

¹⁸⁴ Provisor: magistrado eclesiástico encarregado da jurisdição contenciosa pelo prelado da diocese.

A 09/01/1592 recebeu a nomeação real o novo governador: D. Francisco de Almeida.¹⁸⁵ Este saiu de Lisboa a 10 de Fevereiro de 1592 com uma forte armada de 15 urcas, mil soldados e 50 cavalos, além de muita fazenda. Junto iam mais seis jesuítas para reforçar o grupo de Angola. O Pe. Pero Rodrigues vinha na qualidade de visitador da missão jesuítica de Angola.¹⁸⁶

O novo governador, ao chegar a Luanda a 24 de Junho de 1592,¹⁸⁷ quis pôr ordem no estado e retomar a conquista. Publicou uma Provisão real do Rei D. Filipe I que retirava os sobas confiados aos conquistadores de Angola e aos jesuítas, e os aplicava à Coroa. Com isso, queria-se assegurar o fim desse regime de doações e o financiamento deste socorro militar, após a reconquista dos sobas e do território. No entanto, os antigos conquistadores e os jesuítas opuseram-se a esta medida real.

Pe. Baltasar Barreira assumiu o comando da oposição ao governador e à nova medida real. Ele sentia-se solidário com os conquistadores, pois a causa era a mesma, embora reconhecesse que a Companhia estava incluída em outro «status» jurídico:

«E além das razões que se contêm nos ditos apontamentos, faz também por nossa parte as terras e Sobas de nossas doações, são bens pertencentes à Igreja, unidos à dita Companhia e aplicados pela Sé Apostólica para todo o sempre pelos privilégios a ela concedidos.»¹⁸⁸

Além do argumento religioso, o Pe. Barreira afirmava que existiam argumentos jurídicos a seu favor: a posse legal destas doações

¹⁸⁵ Cf. ATT, *Chancelaria de Filipe I*, Liv. 23, fl. 138v. (indicação dada por MMA, III, doc. 124, p. 437, nota 1); cf. LUCIANO CORDEIRO, *Viagens...*, na Introdução que ele faz ao documento de Balthazar REBELLO DE ARAGÃO, 1593-1631: *Terras e Minas africanas*, p. 6: «Capitão mór e governador da conquista do Reino de Angola e mais províncias d'elle com 800\$000 réis de ordenado».

¹⁸⁶ No entanto, em Cabo Verde a urca onde ele ia, junto com um outro padre e um irmão, não pode acompanhar as outras e foi obrigada a aportar na Bahia, depois de três meses de viagem (cf. Carta de Pero Rodrigues, Bahia, (7/08/1552): ARSI, *Bras.* 15, fl. 393 e 407, publicada em parte por S. LEITE, *História... Brasil*, II, p. 496, nota 1). Af se demorou e foi nomeado provincial do Brasil a 23 de Novembro do mesmo ano, partindo para Angola apenas em 1993 (cf. FRANCISCO RODRIGUES, *A companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, p. 20).

¹⁸⁷ Cf. RODRIGUES, II/II, p. 533.

¹⁸⁸ Requerimento do Padre Baltasar Barreira ao governador D. Francisco de Almeida, in RODRIGUES, II/II, p. 535.

feitas por quem tinha direito a isso — o governador — e o esforço de quem lutou desde o início nesta conquista. Pedia que o governador suspendesse a provisão real até que o Rei fosse melhor informado. Caso o governador não cedesse ameaçava-o de excomunhão.

«Pelo que peço a V.S. por serviço de Deus e pela obrigação que tem de favorecer as pessoas religiosas que andam ocupadas no bem e Salvação das almas, e, se é necessário lhe requeiro que, enquanto o caso senão determina no juízo a que pertence, não altere nem innove coisa alguma no que toca às ditas terras e Sobas, porque além do dano temporal que a nós fará, pode fazer também o espiritual a sua alma, por ser concedido a nossa Companhia que, se alguma pessoa de qualquer qualidade e condição que seja, fôr contra alguma (?) das que a ela são concedidas, incorra em excomunhão maior e seja declarado por tal, e assim mesmo incorra na mesma excomunhão, se privar a dita Companhia de alguns bens a ela pertencentes.»¹⁸⁹

O governador respondeu, dizendo-se espantado com as palavras, tom e reacção do Pe. Barreira:

«E assim estivera melhor a V. R. defender a parte de Sua Magestade, e prègar nos púlpitos a obrigação que todos têm de estarem por o que manda, e não se ausentarem de seu serviço, como fazem os de maiores posses, muito em prejuízo desta Conquista e do bem comum, de que é a principal o que V. R. diz e faz nesta matéria, que chega a me responder, mandando-lhe pedir Padres para irem comigo pela terra dentro, que da resposta que lhe der a êste requerimento, pende a que me darão, dos Padres que lhe peço...»¹⁹⁰

E acrescentou que os sobas, desde o desastre da Matamba, há dois anos que estavam revoltados e não reconheciam por protector a ninguém dos portugueses; que os governadores não podiam dar sobas; que se o Rei os submetesse de novo, ficariam a pertencer à Coroa; que os chamados protectores cometiam contra os sobas muitas injustiças;

¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 536.

¹⁹⁰ Resposta do Governador ao Requerimento do Padre Barreira, Luanda (15/09/1592): ARSI, *Lus.* 79, fls 70-70v (cópia), publicado quase na íntegra in RODRIGUES, II/II, pp. 537-538.

e concluía: «e afora tudo isto, eu não sou parte para poder mandar que se não cumpram as Provisões de Sua Magestade.»¹⁹¹

Este conflito, originado na questão dos sobas, revela um conflito mais profundo que era o conflito de poderes e interesses, longe do poder central.¹⁹² Revela também qual era o poder real que o Pe. Barreira detinha no tempo dos governadores Paulo de Novais, Luís Serrão e André Ferreira Pereira. Todo este poder tinha sido conquistado com muito suor e trabalho junto dos conquistadores; não era um poder gratuito, por isso o Pe. Barreira não entendia porque o Rei, tão cristianíssimo e zeloso da justiça, pudesse cometer essa injustiça. Só poderia ser por falta de informação! A perda de todos estes bens significaria, na realidade para o Pe. Barreira, um roubo que iria pôr em causa o futuro da cristandade nestas terras. Estes bens eram a base para o sustento dos missionários e para a construção dos colégios da Companhia tão importantes para uma conversão duradora.

O Pe. Barreira ficou firme. Após uma troca de correspondência e debates, acabaram por romper com o diálogo. O governador, ficou sem poder dar continuidade à conquista militar, pois os antigos conquistadores e os jesuítas se recusavam a sair com ele, até terem a garantia de continuarem com a posse dos sobas. O Pe. Barreira acolhia os soldados pobres, descontentes e esfomeados, conquistando assim o exército. O governador, por seu lado, deixou de frequentar a Igreja da Companhia e proibiu os soldados pobres de receberem esmolas e de comerem na portaria dos jesuítas. O Pe. Barreira acabou por mandar excomungar o governador.¹⁹³

Este conflito de poder gerou uma grande confusão entre o povo e os soldados de Luanda.¹⁹⁴ Em Angola, com o apoio dos conquistadores, parece que quem venceu foi o Pe. Barreira, pois se fala da prisão

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 538.

¹⁹² Cf. Sentença do Cardeal D. Henrique a favor do bispo de S. Tomé, Lisboa (14/03/1571), in *MMA*, III, doc. 3, pp. 7-35, é um claro testemunho do conflito entre o poder eclesiástico e o poder civil.

¹⁹³ Cf. Excomunhão do Pe. Barreira contra o Governador; ARSI, *Lus.* 72, fls 110 e 164, n. 18. Cf. FRANCO, *Synopsis ann. 1593*, n. 11; citado in RODRIGUES, II/II, p. 538.

¹⁹⁴ Cf. Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, Vol. IV (1558-1640), pp. 198-199, nota 148, cita uma carta de D. Filipe II aos governadores, S. Lourenço, (23/08/1593): BMC, 795 (A.85), fl. 5-5vº, em que se fala em «motim e alevantamento de gente daquela Conquista».

do próprio governador ¹⁹⁵ e do abandono do cargo fugindo para Portugal, acabando a nau ir aportar em Pernambuco, no Brasil: ¹⁹⁶ «o povo não o podendo sofrer, o prendera e embarcara.» ¹⁹⁷ No lugar de D. Francisco ficou o seu irmão, D. Jerónimo de Almeida. ¹⁹⁸ Este suspendeu o decreto, ¹⁹⁹ mas na prática os sobas revoltaram-se e libertaram-se da sua obrigação. As terras dos jesuítas foram respeitadas, mas estas eram agora de pouco valor. ²⁰⁰

¹⁹⁵ Cf. Garcia Mendes CASTELLO BRANCO, 1574-1620: Da Mina ao Cabo Negro, doc. II (Madrid, 16/01/1620), pp. 13-17, citação da p. 16, in LUCIANO CORDEIRO, *Viagens...*

¹⁹⁶ Há duas datas apontadas para a saída o governador: 8 de Abril de 1593 (Silva CORREIA, *História de Angola*, p. 211; LUCIANO CORDEIRO, *Questões Histórico-Coloniais*, I, p. 217; DELGADO, *Catálogo ou lista dos Governadores em «Diogo Cão», Série 1^a*, p. 107) e 8 de Dezembro de 1594 (*O Catálogo dos Governadores de Angola*; Feo CARDOSO, *Memórias*, p. 139). Esta última hipótese está certamente errada pois, em Abril de 1593, já governava o seu irmão Jerónimo e a 11/10/1593 já João Furtado de Mendonça fora nomeado, em Lisboa, como sucessor de D. Francisco. (Cf. sobre este assunto in RODRIGUES, II/II, p. 543, nota 1; LUCIANO CORDEIRO, *Viagens...*, na sua Introdução ao documento de Balthazar REBELLO DE ARAGÃO, 1593-1631: Terras e Minas africanas, p. 6).

¹⁹⁷ «Razones del Pe. Baltasar Barrera para se dexar la Residencia de Angola» (02/05/1594): ARSI, *Congr.* 47, fl. 528v, citado in RODRIGUES, II/II, p. 539. Nas notas 2 e 3 Rodrigues esclarece que sobre esta parte da história do governador há divergências nas fontes. Sobre a prisão do governador temos aqueles que a afirmam como LUCIANO CORDEIRO, *Questões Histórico-Coloniais*, I, p. 183 e o Pe. Barreira já citado nesta nota. Existem outros que a não narram como *O Catálogo dos Governadores de Angola*; Feo CARDOSO, *Memórias*, p. 139; Lopes LIMA, *Ensaio sobre a Statistica*, p. 91; Lemos, *História de Angola*, p. 151; FELNER, *op. cit.*, p. 193; Silva CORREIA, *História de Angola*, I, p. 211. Sobre a fuga estes últimos todos afirmam que o governador fugiu repentinamente para o Brasil abandonando o governo; já as fontes jesuíticas e eclesiais falam numa verdadeira expulsão compulsória por parte do povo (Cf. Arq. do Vat., *Nunz.* 9, fl. 85; ARSI, *Lus.* 74, fl. 110).

¹⁹⁸ Cf. Joaquim Veríssimo SERRÃO, *op. cit.*, p. 199, nota 250, cita uma carta de D. Filipe II aos governadores, S. Lourenço, (18/10/1593): BMC, 795 (A.85), fl. 41, que dá a entender que D. Jerónimo, como outros portugueses, entre os quais André Ferreira, haviam abandonado o lado do Governador D. Francisco de Almeida, e se tinham colocado do lado dos sobas rebeldes (ou mais exactamente do lado dos conquistadores e jesuítas rebeldes). G. LOBATO, António ENNES et alli, *História de Portugal*, IV, p. 251, diz que D. Jerónimo se preparava para uma expedição do Dengo quando foi assaltado por febres e morreu, deixando o governo a Balthazar d'Almeida, «o qual, tendo-se deixado illudir pelos negros soffreu uma grande derrota.»

¹⁹⁹ Cf. Provisão de D. Jerónimo de Almeida, Luanda (10/06/1593), in MMA, III, doc. 133, p. 466; RODRIGUES, II/II, pp. 546-547.

²⁰⁰ Cf. Louis JADIN, *op. cit.*, p. 442.

Mas o Pe. Barreira sentia que em Portugal era ele que estava a perder devido às informações enviadas pelo governador e à sua ousadia de desafiar a autoridade real:

«O Governador escreveu a S. Magestade e queixou-se de tudo, mandando escritos assinados pelo Pe. Barreira e reconhecidos por notários públicos, e o rei o tomou muito mal e se agastou, persuadido da informação que os Nossos eram a causa do desassossêgo dos Conquistadores e de se impedir o serviço de Sua Magestade, devendo o Padre procurar-lhe o bem e serviço; e assim determinou peremptoriamente e mandou a S. A. que fizesse vir de Angola todos os Nossos e enviasse outros religiosos.»²⁰¹

O Pe. Barreira procurou defender-se como pôde. Foi o período em que redigiu o seu escrito mais longo em favor dos conquistadores, além de outras cartas ao governador e ao provincial.²⁰² Por fim, resolveu primeiro enviar o Pe. Jorge Pereira para o defender perante a Coroa, mas depois abandonou essa idéia, pois todos foram da opinião que era ele quem devia ir para defender-se. Assim o fez.²⁰³ Saiu de Angola, nos fins de Dezembro de 1592.²⁰⁴

Entretanto, o Rei mandou castigar a rebelião e nomeou imediatamente um novo governador para Angola, João Furtado Mendonça, que deveria avançar o mais rapidamente possível.²⁰⁵ Por falta de meios, o novo governador estava ainda em Lisboa, no final de 1593; devendo sair com 400 homens, reforço militar que deveria ser completado com as ajudas que receberia de S. Tomé e do Brasil.²⁰⁶

²⁰¹ Carta do provincial João Álvares, Lisboa (20/03/1593): ARSI, *Lus.* 72, fl. 70-71v, publicado em parte in RODRIGUES, II/II, pp. 540-541.

²⁰² Cf. «Apontamentos que fez o P.^e Baltasar Barreira... em favor dos conquistadores do dito Reino», Luanda (1592): ARSI, *Lus.* 79, fls 71-79; Excomunhão do Pe. Barreira contra o Governador, Luanda, (1592): ARSI, *Cong.* 47, fl. 528v.

²⁰³ Cf. GUILHERMY, *op. cit.*, p. 507 diz que a raiz dos desentendimentos foi a inveja do novo governador da influência que o Pe. Barreira tinha em Angola; FRANCO, *Ano Santo...*, p. 205, diz que o governador o acusa de ser «pouco fiel ao serviço delrei». A tal ponto foram as acusações que o Cardeal pressionou o provincial de Portugal para o retirar de Angola.

²⁰⁴ Cf. Carta do Pe. Barreira ao Geral, Lisboa, (15/05/1593): ARSI, *Lus.* 72, fl. 98; Carta do Pe. João Álvares ao Pe. Geral, Lisboa, (25/05/1593): ARSI, *Lus.* 72, fls 70-71v; *ibid.*, fl. 105v; Cf. S. LEITE, *História... Brasil*, II, p. 497.

²⁰⁵ Cf. ATT, *Chancelaria de Filipe I*, doações, Livro 32, fl. 51.

²⁰⁶ Cf. Joaquim Veríssimo SERRÃO, *op. cit.*, p. 199.

Logo depois do Pe. Barreira sair, chegou a Angola o Visitador Pe. Pedro Rodrigues (11/03/1593).²⁰⁷ Há alguns pontos do seu relatório que foram uma chamada de atenção ao modo de proceder dos jesuítas até aí, e em especial o do Pe. Baltasar Barreira como superior: o relacionamento com o governador e demais autoridades civis e religiosas deveria ser amistoso e reconciliador, embora que esta amizade não devesse levar os jesuítas a meterem-se no governo secular.²⁰⁸

Esta chamada de atenção incluía também o Provisor eclesiástico, pois neste tempo de conflito com o governador, rebentou também um conflito entre o Pe. Barreira e o Provisor. Mais uma vez era uma questão de poder: o Provisor não reconhecia os privilégios pontifícios dos jesuítas, por isso, em retaliação falava mal dos jesuítas, impedia as pessoas de irem à sua igreja e prendeu o Conservador da Companhia para que não pudesse exercer o seu ofício. Isto gerou uma exaltada controvérsia em que o Pe. Barreira, mais uma vez, mandou excomungar duas vezes o Provisor.²⁰⁹ Parece que o Provisor se humilhou e foi absolvido das excomunhões.²¹⁰

O Pe. Barreira, após quatro meses e meio de ter saído de Angola, chegou, inesperadamente e sem ser esperado, a Lisboa a 6 de Maio de 1593. Nesta longa viagem, passou pelo Brasil onde permaneceu um mês. A Província portuguesa dos jesuítas estava reunida em Congregação na casa de S. Roque.

A sua chegada a Lisboa resolveu um problema diplomático da Companhia com a Corte e aliviou o ambiente, descentralizando a questão de Angola para Lisboa e do grupo de Jesuítas de Angola para o Pe. Barreira. Os jesuítas não perderam tempo para providenciarem o acesso pessoal do Pe. Barreira junto do Cardeal Arquiduque, Vice-Rei em Portugal,²¹¹ e os Conselhos reais da Corte, tanto em Lisboa

²⁰⁷ Com ele vieram os dois que faltavam do grupo de mais cinco jesuítas: Pe. João Lopes, Aires Botelho e Pero Barreira e os Irmãos António Sequeira e Gregório de Oliveira. O Visitador ficou em Angola um ano, visitando Luanda e Massangano. Após a visita ficou o Pe. Jorge Pereira como superior.

²⁰⁸ Cf. O P.^o Pero Rodrigues visita a missão de Angola (15/04/1594), in *MMA*, III, doc. 135, pp. 471-479; o mesmo documento está publicado na íntegra por RODRIGUES, II/II, pp. 630-631, sobre estas questões ver os n.^{os} 14 e 15.

²⁰⁹ Cf. RODRIGUES, II/II, pp. 548-549.

²¹⁰ Cf. Dúvidas que da Residência de Angola se propuserão ao Pe. Provincial (15/06/1593): ARSI, *Lus.* 72, fls 110-110v; (cf. RODRIGUES, II/II, p. 549).

²¹¹ Cardeal Alberto — Arquiduque de Áustria, sobrinho de Filipe II de Espanha, foi nomeado Vice-Rei de Portugal por carta régia de 31 de Janeiro de 1583, «por sua

como em Madrid. No entanto, não foi fácil ao princípio chegar pessoalmente junto do Conselho.

O Pe. Barreira não perdeu tempo. E quando o secretário de Estado, Diogo Velho, apareceu na casa dos jesuítas com uma mensagem real propondo que os jesuítas retirassem, de Angola para Portugal, todos os religiosos envolvidos nesta questão, já o Pe. Barreira tinha escrito a sua versão pessoal dos acontecimentos em Angola.²¹² Este relatório inverteu o processo. O Cardeal Alberto achou-o bom e, por isso, mandou-o completar com três novos documentos informativos, um sobre a situação de Angola antes da chegada do governador Francisco de Almeida, outro sobre o estado em que o governador o pusera e, um terceiro, sobre os remédios que o Pe. Barreira propunha.²¹³ Com estes documentos conseguiu mudar a opinião do Conselho de Estado em Lisboa. Uma vez conseguida esta vitória diplomática em Lisboa era necessário conseguir o mesmo em Madrid, junto do rei.

A nível interno da Companhia era preciso também defender-se. Por isso, ao receber o Relatório final da visita de Pero Rodrigues, o Pe. Barreira fez algumas notas marginais ao documento. Nelas o Pe. Barreira não abdicou das suas posições e diz que foi por falta de instrumentos jurídicos («conservador») e o não cumprimento da lei («Asilo») que tiveram tantos trabalhos e escândalos com a justiça, o provisor e o governador.²¹⁴ Estas notas revelam um missionário conhecedor da terra e livre de legalismos, que sabia adaptar-se ao clima onde vivia, alterando algumas normas disciplinares quando

muita prudência». Prestou juramento em 10 de Fevereiro, nos paços da Ribeira. Deixou o governo em 2 de Agosto de 1593. Cf. ATT, *Cortes*, Maço 7, doc. 4. Era Vice-Rei de Portugal aos 24 anos e Grão prior do Crato; com o título de cardeal diácono de Santa Cruz em Jerusalém (Roma), ao mesmo tempo que governava politicamente o país em nome de Filipe II de Espanha, exercia as altas funções de legado a latere da Santa Sé em Portugal (Nota do Pe. BRÁSIO, *MMA*, III, p. 327).

²¹² Cf. ARSI, *Lus.* 74, fl. 110 (cópia); cf. ARSI, *Congr.* 47, fl. 530, exemplar espanhol. Parece que o Cardeal Alberto era o grande moderador das posições de extremo azedume existente na Corte de Madrid que levava o rei a posições extremas como o de retirar todos os jesuítas de Angola e entregar a missão a outros religiosos (Cf. ARSI, *Lus.* 72, fls 70-71v, citado in RODRIGUES, II/II, p. 541 e 543).

²¹³ Cf. RODRIGUES, II/II, p. 543. Eu não tive acesso a estes importantes documentos.

²¹⁴ Cf. O P.º Pero Rodrigues visita a missão de Angola (15/04/1594), in *MMA*, III, doc. 135, p. 479, nota 3-4.

estas podiam contribuir para o enfraquecimento das condições da realização daquilo que era prioritário: a missão.²¹⁵

Em meados de 1595, os jesuítas enviam-no a Madrid, talvez ainda na qualidade de réu, mas o Pe. Barreira rapidamente conseguiu inverter o processo. Com a sua capacidade de investir nos pontos certos da questão e a sua austera piedade de religioso, conseguiu não só convencer o Rei e a Corte de que era um bom súbdito de Sua Magestade mas também um instrumento nas mãos de Deus. Chegou a ter fama de santo²¹⁶ e a ser proposto para primeiro bispo de Congo-Angola.²¹⁷

«O rei, que estivera primeiro sumamente irritado contra o missionário, conhecida a falsidade das imputações, disse a Cristóvão de Moura: 'Muito bem fêz o Padre Barreira, mas um pouco tarde'»,²¹⁸

Parece que os argumentos apresentados pelo Pe. Barreira eram de que o conflito entre o governador e os jesuítas era mais de ordem pessoal do que política. Atribuiu ao governador uma personalidade irresponsável, que vivia da mentira, e sobrevivia politicamente devido aos amigos e parentes poderosos junto da corte.

«Bem se viu isto na ida e tornada do governador D. Francisco de Almeida, porque, como já de cá ia com ânimo de encontrar com os Nossos, por uns prazos que lhe não quis aforar o colégio de Santo Antão à sua vontade, logo em chegando pôs em efeito, atribuindo aos Nossos toda a contradição que teve com o povo; e, ainda que se viu no reino que o governador deitara a perder aquela Conquista, e por esta causa o povo, não o podendo sofrer, o prendera e embarcara, todavia, porque é ardiloso e tem amigos e parentes, de tal maneira por eles e por papéis que fez à sua vontade, carregou a culpa de tudo aos Nossos, depois que viu que lhe davam crédito, sem os Nossos serem ouvidos e sem saberem as culpas que lhe impunham, para responder.²¹⁹

²¹⁵ Cf. *ibid.*, p. 478, nota 2, quando fala das horas de levantar, comer e jejum da quaresma: «Tirey este 4.^o por serem as calmas neste tempo excessivas, nem podermos andar tanto tempo en ieiun».

²¹⁶ Cf. FRANCO, *Ano Santo...*, p. 295.

²¹⁷ Cf. Carta de Barreira de Madrid (23/03/1596): ARSI, *Hispania*, 139, fl. 144-144v, in RODRIGUES, II/II, p. 545.

²¹⁸ RODRIGUES, II/II, p. 543.

²¹⁹ «Razones por las cuales parece que se deve dexar la Residencia de Angola» (02/05/1594), in RODRIGUES, II/II, p. 544.

A este argumento acrescentou outro que já tinha defendido em Luanda: o Rei não estava bem informado da acção dos jesuítas na conquista temporal e espiritual de Angola.

«E este é o prémio que tiveram, da parte dos homens, pelos muitos trabalhos que padeceram de tantos anos a esta parte, por sustentar aquela Conquista no temporal e espiritual, porque se eles não foram, certo é que muitas vezes se acabara de todo.»²²⁰

Esta incompreensão da acção dos jesuítas em Angola, que revela um conflito de poderes entre a burguesia santomense e luandina e os jesuítas, fica bem evidente quando uma delegação do rei do Congo chega, em 1595, a Madrid²²¹ e D. Filipe II, já reconciliado com o Pe. Barreira, propôs a ida deste para o Congo.²²² A resposta, que de S. Tomé chegou e que foi relatada pelo próprio Pe. Barreira como uma prova de injustiça, revela a situação incómoda em que as doações colocaram os jesuítas:

«A resposta que de lá enviaram, foi que nos fariam senhores do Congo, como o éramos de Angola; o que mais me confirmou na opinião que tenho do que convém à honra da Companhia, visto como, em lugar de lhe agradecer os muitos trabalhos que padece naquela Conquista, nos deitam em rosto que somos lá senhores, morrendo de fome.»²²³

Após dois anos em Madrid, onde foi encarregado de intermediar a nomeação de Francisco Soares para professor de teologia da Universidade de Coimbra,²²⁴ voltou para Portugal, onde permaneceu

²²⁰ *Ibid.*, p. 544.

²²¹ Delegação chefiada pelo negro congolês António Vieira, enviado por D. Álvaro II, que obtém, com o apoio do representante do papa em Portugal, Fábio Biondo, e o assentimento de D. Filipe II, a criação da diocese do Congo (cf. Carta do Núncio Apostólico em Madrid ao Cardeal Aldobrandino, Madrid (30/12/1595), in *MMA*, III, doc. 150, p. 520).

²²² Cf. Carta de Barreira de Madrid (23/03/1596): *ARSI, Hisp.* 139, fl. 144-144v, in *RODRIGUES*, II/II, p. 545.

²²³ *ARSI, Hisp.* 139, fl. 144-144v, in *RODRIGUES*, II/II, p. 545.

²²⁴ O ano de 1596 foi de intensa correspondência entre o Pe. Baltasar e a província portuguesa dos jesuítas, o Pe. Geral Aquaviva, o Pe. Visitador e o Pe. Francisco Soares (cf. *RODRIGUES*, II/II, pp. 172-184).

no Colégio de Évora: «como Mestre de Noviços, exercitándose de novo em muitas virtudes, & actos humildes.»²²⁵

A retomada de uma nova missão: Cabo Verde, Guiné e Serra Leoa

No Noviciado manifestou-se, de novo, uma pessoa carismática e espiritual, mas insatisfeita com uma vida conventual. Por isso à primeira oportunidade que se apresentou para sair de novo para as missões no ultramar, logo se ofereceu e promoveu a abertura da missão na Guiné-Cabo Verde.²²⁶

A missão de Cabo Verde surgiu num momento em que o comércio desta região começava a perder força devido à contínua implantação da Europa protestante nesta região. O Pe. Barreira foi chamado a chefiar uma equipa de missionários que devia, por um lado iniciar um colégio ou um seminário em Cabo Verde para atrair o povoamento português das ilhas e formar novos missionários nativos de África, e por outro, para sondar os reinos da terra firme com o fim de aí implantar futuramente uma cristandade local que apoiasse os comerciantes portugueses e fizesse frente ao avanço dos muçulmanos e dos protestantes.

O Pe. Barreira partiu de Lisboa a 25 de Junho de 1604, junto com dois padres e um irmão. Chegaram no mês seguinte à Ilha de Santiago onde foram recebidos com muito carinho e entusiasmo. Aí, o Pe. Barreira esperou que as condições climatéricas lhe permitissem ir para terra firme, pois era essa a sua primeira missão: sondar na Serra Leoa, onde ainda não chegou a «seita de Mafamede», as possibilidades de iniciar aí uma cristandade. Partiu a 11 de Dezembro junto com o irmão Pedro Fernandes. A viagem, atribulada e demorada, obrigou-o a parar em muito portos antes de chegar à Serra Leoa. Ele aproveitou essas paragens para acompanhar pastoralmente os comerciantes portugueses e fazer os primeiros contactos com os reis desses portos,

²²⁵ George CARDOSO, *op. cit.*, III, p. 527; cf. TELLEZ, II, p. 630; FRANCO, *Ano Santo...*, p. 295. No entanto, GUILHERMY, *op. cit.*, p. 507, diz que foi Mestre de noviços em Coimbra, o que parece não ser certo.

²²⁶ Sobre esta parte da vida do Pe. Barreira vou apenas fazer um pequeno resumo, já que a finalidade deste artigo é desenvolver a sua acção em Angola. Sobre a missão do Pe. Barreira neste período consultar o Pe. António BRÁSIO, *MMA*, IV, 2ª série, Lisboa, 1968; RODRIGUES, II/II, pp. 576-612.

propondo-lhes a conversão ao cristianismo: Bissau, Guinala, Biguba, Pogomo, Buré e Serra Leoa.

Na Serra Leoa, com ajuda do feitor Bartolomeu André, entrou em contacto com o rei local. A 29 de Setembro de 1605, celebrou a primeira missa numa igreja mandada construir pelo rei, após ter baptizado nove crianças e escravos de portugueses. O velho sacerdote impressionava pelo seu zelo, ascetismo e ânimo. Apoiado nos portugueses e jovens intérpretes para ensinar a doutrina, teve rápido sucesso: já no Natal de 1605 baptizou o rei da Serra Leoa com o nome de D. Filipe de Leão que casou com uma única esposa. Muitos súbditos e reis vizinhos seguiram o seu exemplo, abandonando os ídolos «chinas». No entanto, o clima doentio das Ilhas e a imprevidência dos missionários, provocaram a morte rápida dos dois que ficaram na Ilha, o Pe. Fernandes e o Pe. Barros; Este facto deixou o Pe Barreira sozinho com o irmão Pedro, que enviou para a Ilha.

O Pe. Barreira pediu ao rei de Portugal que fizesse da Serra Leoa uma capitania com a presença de autoridades políticas e militares de Portugal, para assegurar a cristandade e o monopólio do comércio. Em Fevereiro de 1607 chegou o primeiro navio do donatário Pedro Álvares Pereira, e o Pe. Barreira convidou o poderoso Rei Fatema a aliar-se aos portugueses autorizando-lhes a construção de um forte militar. Fatema foi baptizado no Domingo de Ramos, no ano de 1607, com o nome de D. Pedro.

Entretanto chegaram novos reforços missionários e o Pe. Barreira embarcou em Setembro de 1608 para as ilhas, mas ventos contrários levaram-no a fazer escala em Joal e Cacheu, onde não perdeu o seu tempo, exercendo o seu ministério. Conseguiu chegar a Santiago no início de 1609, onde se encontrou com mais um grupo de quatro missionários. Ele enviou-os logo para o continente, no mesmo barco em que ele viera, para aí terem um tempo mais fácil de adaptação num clima menos doentio. Em Santiago mudou a residência para um lugar mais fresco e procurou resolver a questão da construção de uma residência ou colégio em Cabo Verde. Uma seca, seguida de uma peste, trouxe grande decadência económica à ilha. Os problemas económicos e as questões de poder, mais uma vez lhe trouxeram desavenças com o governador. Foi assim que, amado por muitos e odiado por outros, o «velho padre» morreu, na Ilha de Santiago, a 4 de Junho de 1612.

Neste último período da sua vida revelou-se um incansável servidor de Deus e do Rei, um eficiente missionário que investiu na

conversão dos chefes locais, um carismático que não encontrou sucessor à altura.

Conclusão

A história missionária do Pe. Barreira confunde-se com a história da conquista militar do reino de Angola. O Pe. Barreira é um fiel reflexo da concepção missiológica da sua época. Ele estava convencido, como os seus contemporâneos, de que a evangelização, tanto em Angola como na Guiné, permaneceria precária enquanto os negros não estivessem sujeitos pela força das armas ou protegidos por um forte militar português. Esta associação do poder político, militar e económico à evangelização foi uma das principais características desta primeira evangelização de Angola.